

MUNICÍPIO DE LAGOA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 03/2023-----

-----Sessão Ordinária de 2023-----

-----26 de abril de 2023-----

----- Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Tânia Isabel Ramos Limão	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista

João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu as boas-vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 26 de abril, a decorrer no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa. Saudou, desde logo, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores, Deputados Municipais, senhoras e senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistiam à transmissão em direto da sessão através do YouTube e do Facebook do município de Lagoa, bem como da plataforma Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município que os assistem tecnicamente e dão apoio na sessão, assegurando as necessárias condições técnicas, operacionais e de funcionamento, bem como a realização da transmissão em direto da sessão. Nas advertências gerais, como habitualmente, recomendou-se que se desligassem os telemóveis ou os colocassem em modo silêncio, por forma a não interferir no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão em direto. A sessão era gravada em suporte, vídeo e áudio, destinando-se a gravação à feitura da ata da sessão. A sessão era transmitida em direto através do Canal do YouTube e da página oficial do município de Lagoa, bem como do site Lagoa TV. Os cidadãos participantes na sessão que não tenham feito a sua inscrição através do formulário on-line, disponibilizado no sítio do município, deveriam no início da sua alocução, autorizar a Assembleia Municipal a transmitir em direto e a gravar a sua intervenção em suporte áudio e vídeo, bem como a utilizar o respetivo registo de som e/ou






imagem para efeitos de transmissão em streaming e ulterior divulgação em plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes de comunicação. Os cidadãos que, eventualmente, tenham feito a inscrição através do sítio do município não teriam que o fazer uma vez que já preencheram a declaração relativamente à proteção de dados. Por fim, informou-se não ser permitido o registo de som e/ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia, exceto naturalmente para os Órgãos de Comunicação Social. Feitas aquelas considerações, declarou aberta a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 26 de abril de 2023.-----

I - Período de Intervenção dos Cidadãos;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou haver seis cidadãos inscritos no período de intervenção dos cidadãos. Recordou que o prazo regimentalmente previsto, nos termos do artigo 36.º, era de 30 minutos e que deverá ser dividido pelo número de intervenientes. Assim, sendo seis intervenientes, cada um dos cidadãos intervenientes teria cinco minutos para a sua intervenção. Apelou ao respeito aos tempos por forma a não se alongar excessivamente a intervenção. De qualquer modo, a Mesa faria a advertência atempada para gerirem o tempo em conformidade. Deu-se início às intervenções por parte dos cidadãos inscritos de acordo com a ordem de inscrições dadas entrada no serviço da Assembleia Municipal, tendo sido concedida a palavra ao cidadão Bruno Silva, que colocou algumas questões por escrito e que, no sentido de interpretação do Regimento, a Mesa indeferiu. O senhor Bruno Silva dirigiu-se, presencialmente, a quem agradeceram, e foi-lhe concedido o uso da palavra.-----

-----No uso da palavra, o cidadão **Bruno Silva** fez a seguinte intervenção: «Boa noite. Autorizo a gravação. Eu tinha enviado porque apareceu um imprevisto e às 10 horas tenho que estar noutra sítio. Tenho cinco perguntas para fazer e vou tentar ser rápido. Senhor Presidente, entre a rotunda da A22 e o nó de Lagoa Norte, não existe iluminação já há mais de um ano. Para quando a resolução deste problema? Para quando a criação do estacionamento de autocaravanas em Ferragudo e Carvoeiro, pois em época baixa entre outubro e maio, trata-se de um turismo alternativo e com poder económico. Está a chegar o Verão e os balneários das praias, ou seja, os chuveiros, encontram-se encerrados. Para quando a ligação, porque o que eu tenho visto diariamente são as pessoas tomarem banho com baldes ou lavarem os pés no lavatório, ou então em Carvoeiro, como assisti hoje, indo até à Bica que está lá ao pé do miradouro e estarem a fazer a higiene completamente todos nus ao pé de crianças, ao pé de estrangeiros, ao pé das pessoas a passar. E acho que isso nem é melhor, nem é nem é coisa que nós queremos para o nosso turismo e marcar o nosso concelho de Lagoa. Entre a Rua do Regato de Ferragudo e o sítio do Cotovio em Estômbar, ou seja, ali, o cruzamento do Carvoeiro Golfe, aquela baixa, aquela estrada encontra-se completamente em mau estado, já há muitos anos, e isso aí tem conhecimento, porque o senhor Presidente tornou isso público numa revista. Houve um protocolo feito entre o município e o Doutor Pedro Lopes, que faz parte do Carvoeiro Golfe, do Grupo Pestana e, no entanto, ficou lá dito que iam tentar resolver aquela situação, pelo menos alcatroar a estrada. Saber também como é que está a situação desse processo. Eu não vou tirar aqui o telemóvel para última pergunta, por que está aqui fixada na cabeça. Já tive esta reunião e se não me engano, foi com o senhor Presidente, com o Luís, logo de início. Falamos sobre a nossa costa ou orla marítima de Lagoa e o que tenho visto, neste passar de um ano é que continua completamente o mesmo ou pior, ou seja, a nossa costa está completamente ao abandono e digo isto, eu tenho vergonha de dizer, está completamente ao abandono. A nossa galinha dos ovos de ouro, toda a gente utiliza, toda a gente faz o que quer, cada vez que há um acidente, e os acidentes a maior parte deles não são provocados pelas marítimo-turísticas do



nosso concelho, sediadas no nosso concelho, são marítimo-turísticas fora do nosso concelho, mas a imagem que fica é a de Lagoa, o que sai na Comunicação Social é Lagoa. Lagoa já não vive só do turismo sazonal, vivemos praticamente do turismo o ano todo e deu para verificar agora nesta época da Páscoa, tivemos as praias completamente sobrelotadas e segurança balnear zero. Zero. Tive que fazer o salvamento de dois turistas em Carvoeiro em pleno dia de Páscoa, porque é lamentável não termos um nadador salvador. A gente convida toda a gente a vir às nossas praias e depois não damos condições. Os corredores marítimos, as empresas estão a trabalhar e não há corredores marítimos, não há zonas de segurança, há barcos de grandes dimensões a passar ao pé dos balneários. Quem vem de fora para o nosso país, chegam cá, veem aquela areia branca, veem bom tempo, isto é um paraíso. Se não temos segurança balnear, temos que fazer alguma coisa e acho que isto é uma coisa que o município, o senhor Presidente e o senhor Vereador, que acho que é o senhor Mário, tem que ter pulso nesta matéria. Tem que haver regras para a nossa costa, senão isto é uma balbúrdia e para quem visita, não vale a pena pôr lá os técnicos a olhar para as rochas, à espera que as rochas caiam, porque a natureza ninguém sabe, ninguém sabe quando é que uma pedra vai cair. E vimos no Brasil. Como é que aconteceu. Tem que haver regras para Benagil, Benagil é a gruta mais famosa, mas não é a mais bonita, mas eles quando vão visitar, vão visitar todas. Então, pelo menos pela segurança das praias, não temos muitas praias, mas eu fazia um alerta, se calhar, os restaurantes envolventes, as empresas que operam se talvez pudessem, juntamente com o município, arranjar nadadores-salvadores para trabalhar a época toda. Estamos a criar trabalhos, postos de trabalho para a época toda, não é só para a época sazonal. Nem é preciso ir buscá-lo fora e pagar balúrdios para o fazer. Agora querem mandar vir nadadores-salvadores do Brasil a pagar 1400 mais alojamento e aos portugueses estamos a pagar o ordenado mínimo, sem alojamento. E acho que aqui o município criou um protocolo com as escolas, ou com a escola Espamol para criação de um curso que já existe, Técnico de desporto, criação de um desporto, para este tipo de área. Acho que é uma alternativa. Termina por aqui.»-----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao cidadão Rui Duarte.-----

-----Tomou a palavra o cidadão **Rui Duarte** realizando a seguinte intervenção: «Antes de mais, agradecer a todos os presentes pelo tempo e disponibilidade em me ouvirem aqui estes cinco minutos. Eu vou tentar ser breve, mas infelizmente, uma vez que o problema se arrasta há cinco anos, vou ter que fazer aqui um pequeno enquadramento histórico, mas vou tentar cumprir os cinco minutos. Eu tenho um terreno com a minha esposa em Ferragudo, na Urbanização da Hortinha e o terreno é da família. Esse terreno é servido por uma estrada, que é um impasse, ou seja, é uma estrada sem saída e no topo da estrada, ou seja, no limite que dá para o meu terreno, tem um canteiro em alvenaria e betão, enfim, não interessa, materializado que impede o acesso ao terreno. É uma estrada, enfim, pavimentada, com passeios, com infraestruturas, tem todo o aspeto de uma estrada pública. Nós, em 2017, colocamos um PIP, um Pedido de Informação Prévia na Câmara, que foi deferido para a construção de uma moradia. Em 2018, no seguimento desse PIP, entregámos uma comunicação prévia. A admissão da comunicação prévia foi paga, iniciámos os trabalhos e passado, sei lá, três ou quatro meses após o início dos trabalhos, nós iniciámos os trabalhos por um acesso secundário que existe numa rua de trás, ao fim de quatro, cinco meses do início dos trabalhos, o vizinho de baixo, o senhor António Simão, vem-nos informar que aquele troço de estrada, imediatamente antes do acesso ao nosso lote, o nosso terreno está confinado por esse canteiro, que era domínio privado, que não era público e, como tal, nós não podíamos aceder ao nosso terreno por esse troço de estrada. Nós fomos à Câmara ainda no anterior Executivo perguntar o que é que podíamos fazer no sentido de que o projeto

foi aprovado com esse acesso por aí, com o portão, etc., o que é que podíamos fazer e aconselharam-nos a pedir uma certidão do caminho público. Nós pedimos a certidão de caminho público, a certidão de caminho público foi emitida pela Câmara em 2018, salvo erro. Fomos falar novamente com o vizinho, o senhor António Simão, o vizinho disse “Eh pá, não. A Câmara enganou-se, este terreno é meu, é privado e como tal, estão completamente proibidos e impedidos de entrar e aceder aqui ao lote por esse troço de estrada”. No seguimento dessa conversa, ele enviou-nos uma carta a nós, escrita por um advogado e enviou também para a Câmara, salvo erro, onde a Câmara, passado uns meses, respondeu para nós e penso que para ele também, com um parecer jurídico emitido pelos serviços competentes da Câmara, a informar que o troço de estrada efetivamente era público e, como tal, não podiam negar o acesso a nós por esse troço de estrada e pronto. Nada foi feito pela Câmara no sentido de demolir o canteiro, nem fazer qualquer tipo de ação contra o senhor para o obrigar a demolir o canteiro, uma vez que o canteiro está implantado em domínio público e não no nosso lote. Em 2020, com a ajuda do senhor Presidente, conseguimos promover uma reunião com o senhor Presidente, connosco e com o vizinho no sentido de arranjar, enfim, uma solução conciliadora entre as partes para resolver o problema. Ainda estava presente o arquiteto Pina também, na reunião, estava o nosso advogado, o advogado deles. Dessa reunião não saiu solução nenhuma, o senhor manteve-se intransigente que é caminho privado e, como tal, não deixava ninguém passar. Nós fomos desenvolvendo os trabalhos através do outro acesso. Concluimos os trabalhos em 2021 e de 2021 até hoje continuamos impedidos de entrar por esse troço de estrada. Não conseguimos acabar o moreto, não conseguimos fazer ligação às infraestruturas públicas. Em 2021, quando acabámos as obras, tivemos nova reunião com o senhor Presidente, enfim, ao fim de algumas tentativas. De 2020, 2021, fomos mandando cartas, requerimentos, etc. A resposta era pouca ou quase nula. Em 2021, quando tivemos essa nova reunião com o Presidente, tivemos a promessa e o senhor Presidente está aqui não me deixará mentir, que iriam tomar uma ação legal contra o senhor. Aliás, falaram que tinha uma avença qualquer com uma advogada da Câmara, iriam imediatamente ver o que é que podiam fazer no sentido de desbloquear a nossa situação. De 2021 a 2022 nada foi feito, nada. Andamos a perguntar, o ponto de situação do processo, nada aconteceu. Em 2022, em outubro de 2022, conseguimos marcar nova reunião com o Presidente, após algumas tentativas também. Em 2022, conseguimos ter nova reunião com o Presidente que nos informou, para nossa perplexidade, que durante esse ano o processo ficou parado com a desmaterialização que existiu na Câmara e ficou, enfim, esquecido, não sei. Nós, numa perspetiva novamente, eu e a minha esposa de resolver o problema, ok, vamos esquecer isso, vamos jogar isso para trás, vamos para a frente. O que é que é preciso para resolver o problema? Pediram-nos para fazer a ligação do ramal de esgoto. Em outubro, fizemos o pedido de ligação de ramal de esgoto e hoje continuamos na mesma. O Presidente diz-nos a nós que vai meter uma ação, que vai partir o canteiro nunca disse que ia fazer, disse que ia meter uma ação, partir o canteiro não ia partir e o que é certo, peço desculpa, estou mesmo terminando, é que passados cinco anos, cinco anos, estamos na mesma. Eu até admito que metendo uma ação legal, as coisas se arrastem no Tribunal dois ou três anos, etc., mas alguma coisa vai acontecer, ou dizem que é público, dizem que é privado e o senhor tem razão, mas alguma coisa acontece. Ao fim de cinco anos estar na mesma situação acho que, eh pá, peço desculpa, mas é uma falta de respeito. Acho eu, pelo menos para connosco.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra à cidadã Ângela Rosa.-----

-----No uso da palavra, a cidadã **Ângela Rosa** proferiu da seguinte forma: «Muito boa noite a todos os presentes. Dizer, antes de mais, que é um enorme gosto poder hoje ver, dialogar pela



primeira vez com o senhor Presidente da Câmara, Luís Encarnação. Entendo porque é que o senhor alega tantas vezes que as pessoas de Lagoa demonstram pouca participação contra a destruição das Alagoas Brancas. Se eu, que não conheço o senhor Presidente e nunca lhe dirigi a palavra até este momento, levei com um processo em Tribunal, é a primeira vez que nos vemos, gosto em vê-lo, imagino a postura de quem conhece ou cruza consigo diariamente. E queria reforçar, dizendo 25 de Abril sempre, censura nunca mais. Vivemos em Estado de direito. Tenho cinco minutos de direito à liberdade de expressão, direito constitucional à manifestação.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, replicou que não podia usar o seu tempo da forma que entende e com falta de respeito, pedindo que lhe fosse retirado o microfone.-----

-----Retomou a palavra, a cidadã **Ângela Rosa** dizendo que passaria a ler a sua apresentação com três ou quatro questões.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou não permitir aquele tipo de intervenções e questionou se utilizou o tempo para provocar.-----

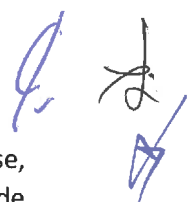
-----A cidadã **Ângela Rosa** pediu confirmação se ainda tinha quatro minutos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou não ser a questão do tempo, mas a questão do tom que a cidadã pôs na sua intervenção e que não era apropriado para uma sessão da Assembleia Municipal. Insistiu não ser adequado o tom com que interveio.-----

-----A cidadã **Ângela Rosa** pediu desculpa.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou que a Assembleia Municipal é um espaço aberto ao público e querem a participação pública, mas o tratamento ali tem de ser respeitoso e apelou ao respeito na sua intervenção. Concedeu, assim, o uso da palavra.-----


-----Retomou o uso da palavra a cidadã **Ângela Rosa** declarando: «Eu só queria dizer, 25 de Abril, sempre. Eu posso usar sim, claramente, todo o respeito. Olhe, primeiro gostaria de dizer que é com todo o respeito que eu estou hoje aqui e que até conheço pela primeira vez o senhor Presidente Luís Encarnação. Ao contrário do que a Câmara de Lagoa invocou recentemente em comunicado, neste momento não é preciso, em exclusivo, que o Parlamento altere leis para que o projeto das Alagoas Brancas, do loteamento das Alagoas Brancas seja travado a custo zero. A Câmara pode usar, desde já, as leis que tem ao seu dispor para travar de imediato o loteamento a custo zero, sem qualquer indemnização. A Câmara de Lagoa pode anular o loteamento a custo zero, sem qualquer indemnização. Em resposta ao recente comunicado da Câmara Municipal de Lagoa, este movimento e eu, no meu nome Ângela Rosa, venho declarar o seguinte. Há legislação que permite alterar os planos de urbanização dando margem à Câmara para bloquear a construção nas Alagoas Brancas, sem ter de pagar uma indemnização. Sempre que houver uma alteração das circunstâncias, que não eram conhecidas à data da aprovação do plano de urbanização, a Câmara pode tomar a iniciativa para fazer uma alteração, segundo o artigo 115.º do Decreto-Lei 80/2015, que revê o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. A Câmara deveria dizer ao promotor e, em resposta ao comunicado, em que a Câmara se mostra de alguma maneira disponível para resolver a situação, dando a responsabilidade ao Parlamento para que crie nova legislação, pelo menos é o que se entende, que a Câmara, se houver nova



legislação para isso, pode reverter a situação. Sempre que houver uma alteração, pois eu disse, a Câmara deveria dizer ao promotor que é uma situação nova, que vão regular o plano de urbanização e que já não se pode construir ali. O direito à indemnização caduca num espaço de três anos após o plano de urbanização, de acordo com o artigo 171.º do mesmo decreto. No mesmo artigo prevê-se a exclusão da indemnização quando as características do solo apresentam riscos para as pessoas e bens. A Câmara tem todo o poder para anular o ato que conferiu ao alvará. Essas declarações da Câmara, de que não há legislação, induzem por completo as pessoas menos informadas em erro. A Câmara tem a opção de salvar a custo zero as Alagoas Brancas. Porque será que não faz? Primeira pergunta. Será que há aqui mais apreço pelo promotor ou pelo que se possa ganhar com este loteamento do que os valores ecológicos ambientais, morais, outros afins e de segurança inerentes ao local? Este movimento questiona, afinal, porquê? Porquê que não se ausculta o que o estudo da Almargem disse, o que o ICNF veio reforçar? As zonas húmidas são os ecossistemas mais ricos e produtivos da biosfera. Este movimento exige a criação, pede, solicita que, apela, porque no fundo é isso que nós fazemos em manifestação, apelar ao bom senso. E é isso que deve ser feito. E a criação de um estatuto de proteção para esta zona húmida. Mais haveria a ser dito. A depressão do terreno das Alagoas intersecta a superfície freática de um aquífero, formando um plano de água no tipo de Lagoa, cuja variação de nível acompanha a variação sazonal do nível freático. Como é que é possível que permitam construir armazéns praticamente dentro de um aquífero? Porque é que a Câmara de Lagoa não diz esta verdade sobre a lei, sobre a possibilidade de não ter que pagar indemnização, à sociedade civil e aos cidadãos de Lagoa. Porque alimenta, porque difunde estas questões sobre a indemnização. Muito obrigada.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao cidadão Nelson Gonçalves.-----

-----No uso da palavra, o cidadão **Nelson Gonçalves** interveio tal como se transcreve: «Boa noite a todos membros da Assembleia Municipal e demais presentes. A minha intervenção de hoje vem um bocadinho na sequência da intervenção que já fiz na última reunião Ordinária da Assembleia Municipal, no dia 15 de fevereiro, e vem um pouco na sequência de responder ao senhor Presidente as considerações que fez após a nossa intervenção. É estranho nós não podermos responder logo na altura para desmistificar certas coisas que foram ditas, mas aqui estou passado, portanto, quase dois meses. O senhor Luís Encarnação disse, portanto, “conhecemos muito bem a história de Lagoa, aliás, não podia ser de outra maneira. De facto, não eram várias Lagoas, eram duas Lagoas, a Lagoa do Cargo e a Lagoa Branca, que se fundem numa só e que tinha uma área de acordo, não com aquilo que se vê naquelas pesquisas fáceis que se fazem na Internet, mas de acordo com o historiador lagoense, que fez um estudo aprofundado, do Doutor Russo Monteiro.” Ora cabe-me dizer que a pesquisa fácil que fiz na Internet e o parágrafo que li sobre o topónimo de Lagoa, e que mereceu este seu comentário, retirei do site do Município e está em duas descrições do Algarve do século XVI, Frei João de São José, coreografia do Rei do Algarve, 1577, e Henrique Fernandes Sarrão, estória do reino do Algarve, circa de 1600. Só para esclarecer a origem da informação, pois a facilidade da Internet não menospreza a qualidade do conhecimento. O senhor Luís Encarnação continua, “eram duas Lagoas que se fundiam numa só de 2.2 km quadrados, numa área considerável e que deram origem ao nome do topónimo.” O que resta destes 2.2 km quadrados desta área considerável, pergunto eu. E o senhor continua “o Homo Sapiens, que somos, todos nós e que também é uma espécie, era uma prática corrente da Idade Média dos arroteamentos e que foram arroteando os terrenos para a agricultura e para aqui se instalarem.” Pois é, também somos uma espécie e somos responsáveis pela sexta extinção em massa. Todas as extinções anteriores tiveram



fenómenos naturais na sua origem, como o caso do meteorito que dizimou os dinossauros, mas desta vez os Homo sapiens são os responsáveis diretos pelo desaparecimento da biodiversidade do planeta. Só a título de exemplo, desde 1970, mais de metade, cerca de 60% dos animais desapareceram da Terra. Uma conclusão divulgada no relatório Living Planet Report, publicado pela WWF e a Sociedade Zoológica de Londres, 1 000 000 de espécies estão ameaçadas de extinção por culpa do ser humano. Especialistas da ONU afirmam que o homem está acabando com as bases da economia mundial, os meios de subsistência, a segurança alimentar, a saúde e a qualidade de vida do planeta. O homem acelerou em 1 000 vezes a taxa de extinção de espécies. A pesquisa foi publicada na revista Science. Se a perda de biodiversidade não for travada, a humanidade poderá enfrentar a sua própria extinção. Quem fez o alerta foi Cristiana Pasca Palmer, diretora Executiva da Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade. Entretanto, o senhor Luís Encarnação continua e diz, “espero que não venham também a acusar de crime ambiental os Homo Sapiens, os Lagoenses, os milhares de homens e mulheres que nos antecederam e que fazem parte da nossa história.” Desculpar-se com homens e mulheres que não tinham conhecimento dos efeitos dos ecossistemas na manutenção do meio ambiente e da importância de preservar o habitat de tantas espécies, além de que se afigura de crime ambiental, só recentemente vem sendo reconhecido, nos dias de hoje é inadmissível que entidades com todos os meios e conhecimentos ao seu dispor não reconheçam o incalculável valor destas áreas que nos permitem a nossa própria sobrevivência. Entretanto, mais à frente, o senhor Luís Encarnação também disse, “muito redutor, uma opinião muito redutora dizer que aquela poça que tem três meses de água por ano, não sou eu que digo isso, é o senhor Juiz do Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal do Sul diz isto mesmo, não deu importância ao estudo e, portanto, é o único que existe que, de facto, valoriza as Alagoas. Pois quando houver outros, nós cá estaremos para o avaliar.” Pois reduzir este pequeno espaço a uma poça a que tem três meses de água por ano, o que resta dos 2.2 km quadrados, isso sim, é muito redutor e não depende da sua opinião, mas do valor dado pelo estudo da Almargem, financiado pelo Estado português e com o apoio de uma dúzia, concluir. O senhor também diz, não me parece que faça sentido considerar a última Lagoa um pequeno espaço destes quilómetros 2.2 de Lagoa que nós tínhamos no nosso território. Foi a ação da natureza e humana que reduziu a grande Lagoa, que deu nome à terra e este pequeno espaço, logo será a última Lagoa, aquela que ao ser roteada, levará consigo a história da origem do topónimo e os senhores aqui presentes são culpados por tal procedimento, pois nada fizeram para salvar, apesar do conhecimento da importância ambiental e geológica. Já percebemos que não valoriza as Alagoas Brancas, quer pelo descrédito no estudo, quer pelo apoio ao promotor do loteamento. Pela lei que aqui já lhe foi anunciada poderia tomar outra atitude. Leis há muitas e o senhor segue aquelas que bem entender. | »-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra à cidadã Anabela Blofeld.-----

-----No uso da palavra, a cidadã **Anabela Blofeld** fez a seguinte intervenção: «Olá, boa noite a todos. Como sempre vou falar das Alagoas e desta vez gostaria de dirigir a minha pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na última Assembleia, no dia 15/02/23, deste ano, mencionei que o município teria por ali nas Alagoas Brancas interesse e lotes para aumentar a Fatacil. Essa foi instruída pelo senhor Presidente, para não fazer insinuações ou acusações sem fundamento. Agora eu pergunto e pergunto ao senhor Presidente.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, referiu que deveria estar equivocada em relação a isso. Recordou que foi o tratamento e, seguramente, a Assembleia também se recordaria do tratamento que deu e da forma como se

dirigiu, de uma forma imprópria, ao senhor Presidente da Câmara. Foi exatamente isso, não houve mais nada a não ser isso. Aliás, eu não admito, não na minha Assembleia, não admito tratamento inadequado e impróprio entre gente civilizada.-----

-----Retomou a palavra, a cidadã **Anabela Blofeld**: «Eu sou civilizada, sou bastante civilizada e disse, simplesmente está escrito, está gravado que o município tem por ali lotes para aumentar a Fatacil. Isto não tem nada de impróprio ou deselegante, portanto eu pergunto novamente.»--

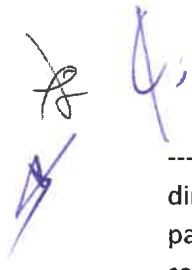
-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse não valer a pena insistir, pois não é verdade o que estava a dizer. Não devia insistir, por não ser verdade.-----

-----Retomou a palavra, a cidadã **Anabela Blofeld**: «Está gravado. Toda a gente pode ouvir a gravação. Agora eu pergunto, estes lotes a vermelhos, não são, não vão pertencer ao município para aumentar a Fatacil? Portanto, é a estes lotes que eu me referia, era estes lotes que eu queria saber a resposta, se é verdade ou não, que a Câmara vai obter estes lotes nas Alagoas e por esse motivo é que luta tanto para que as Alagoas sejam destruídas e para que as Alagoas não fiquem para a população de Lagoa como merecem, porque aquilo é património local e devem ser respeitadas como tal. Todos nós gostamos de ter respeito, mas o património e a natureza também precisam de ser respeitados e precisam de ser respeitados por esta autarquia, por esta Câmara, por todos estes autarcas que estão aqui, que não estão aqui simplesmente a servir quem votou por eles, estão aqui a servir todas as pessoas que vivem neste concelho. São mais de 19 000 e não esquecer que são apenas 4 000 as pessoas que votaram no partido que está agora no poder. Isto sem falar em partidos, a todos os autarcas aqui, eu já disse várias vezes durante estes últimos seis anos, que as pessoas, eu espero que todos durmam de consciência limpa com aquilo que querem fazer nas Alagoas e não fazerem um único, um único movimento, um único, para mudar a situação e mudar o loteamento. O senhor Presidente chama as Alagoas uma poça de água que não tem nada, absolutamente nada. No entanto, agora, de repente, já há animais para serem trasladados, agora já há animais, é engraçado e vai-se mudar um ecossistema, porque se continua a insistir mudar um ecossistema que está ali há centenas de anos e não se muda o loteamento e não se compreende. Vocês têm tantos peritos, têm tantas pessoas com conhecimento, que queiram continuar a destruir um ecossistema e a reconstruir um outro noutro lado. E vão dizer ao público qual vai ser esse custo? Porque esse custo, se vocês contactarem com as ONGs todas que estão a apoiar as Alagoas brancas, esse custo será muito maior do que o custo que vocês, supostamente, têm que pagar ao promotor e como todos nós sabemos, esse custo é redutível, porque existem leis em que não é preciso pagar indemnizações nenhuma. E lembrou, mais uma vez, que o senhor Presidente teve uma oportunidade excelente para ir ao Parlamento português, à Assembleia, para ir demonstrar tudo isso e não teve essa capacidade, porque disse que tinha uma reunião importante aqui, que não teve nada de importante, porque quando os senhores Ministros vieram ao Algarve pôde faltar à sua reunião.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu que não fizesse aquele tipo de acusação.-----

-----No uso da palavra, a cidadã **Anabela Blofeld** disse que fazia, que era uma cidadã e que tinha o direito de fazer as acusações que quiser.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse não lhe parecer próprio. Aquilo era uma opinião.-----



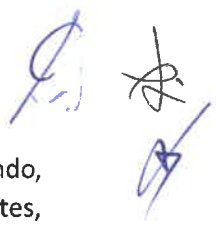
-----Retomou a palavra, a cidadã **Anabela Blofeld** dizendo: «É a minha opinião e eu tenho direito de a dizer. Nós temos o direito, nós somos cidadãos. Se vocês querem cidadania participativa, vocês têm que ouvir os cidadãos, porque somos nós que pagamos os vossos salários.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou haver regras, entre cidadãos e apelou a que não houvesse aplausos. Não há lugar a aplausos na Assembleia.-----

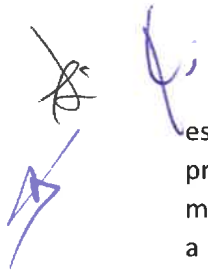
-----Retomou a palavra, a cidadã **Ângela Rosa** dizendo frequentar Assembleias Municipais há 15 anos e nunca viu uma apresentação tão hostil. Do papel ao 25 de Abril é por celebração, inclusive por liberdade, o exemplo do Salgueiro Maia.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, considerou manifestamente abusivo e indecoroso aquele tipo de comportamento que ali tenha. Esse comportamento, podem tê-lo na rua, mas não o têm num lugar solene como é uma Assembleia Municipal, pois vivem em democracia, a democracia tem regras, tem forma de respeitar no tratamento recíproco. É isso que exigem, respeito, respeito. Têm todo o direito e querem estimular a participação pública dos cidadãos. Não podem admitir é que não cumpram as regras de cordialidade e de respeito recíproco. Isso é que não admitem. Essa é a única condição que se põe para que funcione de uma forma apropriada. E não é por falar mais alto ou por não cumprir o tempo que lhe é concedido, que tem mais razão. Quem tem razão, não é por falar mais alto, que tem mais razão. Agradeceu que quando quiser intervir, sendo aquela uma casa aberta, uma casa da democracia, e poderão sempre intervir de acordo com as regras que são as regras democráticas. Há um regimento próprio, tem de ser observado às leis e às regras da boa convivência social. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões que foram formuladas pelos vários cidadãos intervenientes. -----


-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou todos os presentes e saudou todos aqueles que estavam a assistir e que ali compareceram no sentido de cidadania para participar na Assembleia e a quem agradeceu, em nome do município. Saudou também os funcionários municipais que, como sempre, estavam lá para garantir que a Assembleia decorresse de acordo com as regras da democracia. Saudou ainda todos os lagoenses e aqueles que mesmo não o sendo os acompanhavam através da Lagoa TV ou do canal no YouTube. Começou por responder ao cidadão Bruno e à sua primeira questão dizendo que passa por lá variadíssimas vezes, não era verdade que há mais de um ano que está apagada, porque aquilo é intermitente, umas vezes acende e outras vezes apaga. Já passou lá muitas vezes e está acesso e pensa estar resolvido. Depois volta a passar e já está apagada, sempre que chove, sempre que faz algum ventinho lá se vai. Aquele nó tem a particularidade de ser da responsabilidade não total da EDP é da responsabilidade da entidade concessionária da A22, porque é no ramal de acesso à A22 e não é muito fácil chegarem à conversa ou serem bem sucedidos na relação que têm com a concessionária. Contudo, disse ao Bruno que sempre que passam por lá, ele ou alguém do Executivo, e que virem que está a apagado aquilo que fazem é reforçar essa reclamação no sentido de que procedam em conformidade e que regularizem a mesma. O município não tem a possibilidade, nem tem técnicos, ninguém pode lá chegar e ligar a luz, infelizmente. Pode ser que isso um dia ainda venha a acontecer. Quanto à segunda questão, o estacionamento das autocaravanas em Ferragudo e Carvoeiro, respondeu serem dois sítios complicados para se colocar estacionamento, parques de autocaravanas. Reconhece a importância das mesmas na



lógica de mitigar a sazonalidade e de diversificar aquilo que é oferta turística que, no fundo, Lagoa vive disso. Mas fizeram outras escolhas, o município fez a escolha do sítio das Fontes, pareceu-lhes um local mais adequado para o parque de autocaravanas com todas as regras, com todas as condições. E depois a iniciativa privada criou uma ASA no Parchal, junto à estação da CP e, portanto, funciona e quando passa por lá, está sempre muito bem composta. Podem, eventualmente, chegar à conclusão que ainda é necessário abrir outro local, têm ideias também para isso. Mas tem a certeza que, em Ferragudo onde elas estão, naquela zona de enorme sensibilidade, que são as areias, no futuro terão também que ter outro destino ou por cima das falésias, como é hábito, desrespeitando a sinalização vertical que têm, isso é que, seguramente, não é solução e, portanto, nem é admissível e com muita frequência, articulam com as autoridades de segurança para que procedam em conformidade e que não deixem que elas fiquem por ali parqueadas. Depois, em relação à terceira pergunta, disse saber que o Bruno não iria gostar da resposta. A pergunta é, quando é que vão ligar a água e se calhar vai dizer nunca naquele ano. A última reunião que tiveram na APA, a situação é verdadeiramente catastrófica para a região. Têm água para um ano e pouco. Se não chovesse mais até ao fim, até daqui para a frente, tinham água para um ano e todos têm que tomar medidas no sentido de poderem, com responsabilidade ambiental, terem a noção de que a água tem que ser bem aproveitada, aquela que têm disponível e as três ou quatro, cinco medidas que estão a ser implementadas, umas vão mais à frente do que outras, outras têm um alcance que só em 2026, como a dessalinização, se tudo correr bem é que conhecerá a luz do dia. Mas para além dessas medidas que passam pela capacidade de tentarem captar mais água, sobretudo no Pomarão, a solução é essa, não se convence muito com essa, mas é a solução principal que o grupo de peritos determinou. Para além de terem que ter essa capacidade de captar mais água, quer pela captação no rio, quer também com pequenas represas, onde ela corre com mais abundância, e que atualmente, é mais a sotavento que o barlavento. Têm, depois, também de trabalhar muito a sério a questão da reutilização das águas residuais, sendo fundamental e decisivo. E têm depois também, no final, de ter medidas que vão no sentido de que a poupança tem que começar em casa e, no município também têm que dar o exemplo e, de facto, um estudo que fizeram em Benagil e em Carvoeiro, pelos números que têm na autarquia, deram consumos de água que são verdadeiramente exorbitantes e que, para quem tem essa responsabilidade de fazer a melhor gestão possível de água, têm que tomar medidas. Não estava a dizer que a decisão esteja tomada e que não se vá reabrir esses, porque não é só Carvoeiro, mas também em Benagil e têm mais espaços onde há essas espécies de lava-pés que são utilizados até de forma abusiva. No pico do Verão, em 2022, estavam a retirar 10 000 m³, quase duas vezes por dia, da Praia de Benagil. São 20 000 m³ exatamente, não, são 2 m³, peço desculpa. E, portanto, era completamente exagerado e têm que ter muita atenção a isso e o cuidado de não terem esse uso inadequado de água. Portanto, vão ter que fazer essa gestão muito bem feita. Relativamente à questão da Rua do Regato e o do sítio do Cotovio, clarificou não haver nenhum protocolo. A Câmara não fez nenhum protocolo com o Grupo Pestana, mas resulta sim do contrato de urbanização. O contrato de urbanização, que foi celebrado entre o município e o promotor diz claramente que a obra se desenvolve em três fases. A primeira fase é a criação das baías de retenção da água. São três baías de retenção que estão praticamente concluídas. Depois a segunda fase, são os acessos e será a estrada que vai ligar Ferragudo a Lagoa e que passará a ser feita em cinco minutos. E depois a terceira fase, sim, a construção do campo de golfe e depois as moradias. Era isso que estava definido no contrato de urbanização que foi aprovado. Portanto, o processo estava a decorrer. Terminaram a primeira fase agora, inicia-se a segunda, que será fazer a estrada, sendo que não será possível avançar para a fase número três, que será fazer o campo de golfe, enquanto não estiver a estrada feita e isso está no contrato de urbanização. Por último, sobre a questão da orla marítima, não podiam



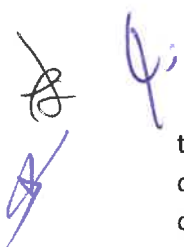
estar mais de acordo relativamente a essa matéria. Vivem aquilo que é o serem vítimas do próprio sucesso e a beleza da costa leva a uma sobre utilização e a uma grande pressão sobre a mesma, sobretudo na faixa da costa, que vai entre a Praia da Marinha e a Praia de Benagil, com a praia do Carvalho pelo meio. Aquilo que têm feito juntamente, têm pressionado o Governo português e a última vez fez na sexta-feira 15 dias, numa reunião que teve na CCDR foi garantir, e não teve oportunidade de consultar se já estava feito ou não esse despacho, mas iria ser feito, que é o início do processo, que é fazer um estudo de carga à Praia de Benagil e à Praia da Marinha, porque empiricamente parece-lhes a todos que nem a Praia de Benagil nem a Praia da Marinha têm a capacidade para acomodar a quantidade de pessoas que lá vão. Mas tal não funciona de forma empírica, é preciso estudar, é preciso fazer, é preciso avaliar. Aquilo que conseguiram, para já, foi dar esse pontapé de saída com esse estudo de avaliação da capacidade de carga para depois serem tomadas outras medidas mais adiante. Relativamente à segurança das praias, estava inteiramente de acordo, mas a legislação portuguesa diz que a época balnear começa no dia um de junho, em cada ano, depois, já na Madeira lá um determinado município que está autorizado a começar a 15 de maio e toma-se por referência os 15 de maio para o início da época balnear. Depois daí, não há nada que obrigue os concessionários, podem abrir tal como se verificou no ano presente, mas não são obrigados a ter os nadadores salvadores. Faz sentido, aliás, por estes dias e, sobretudo, vivem tempos de grande anormalidade, pois estão em abril ainda, já tiveram 30° que convida as pessoas irem para a praia, e é óbvio que os riscos acontecem e já foi devidamente explicado porque ainda não têm um tempo de praia de verão, ainda têm um tempo de praia, de um mar de inverno, como se costuma dizer, e os riscos são acrescidos relativamente àquilo que é o normal e, portanto, têm que ter todos essa atenção. O município já fez uma tentativa de procurar perceber como é que podia contratar nadadores-salvadores. O nadador-salvador para a autarquia, é um assistente operacional e um assistente operacional tem um salário base, à partida de 700 e qualquer coisa, 760 EUR e, portanto, é difícil atrair nadadores-salvadores por esse preço, sobretudo quando se eles vêm a 1 400 EUR e ainda lhes pagam o alojamento, como referiu. É uma matéria que vão ter que continuar a trabalhar e a apreciar. Relativamente ao senhor Rui Duarte, disse conhecer muito bem a matéria e tratar-se de um imbróglia jurídico. Já estive com o senhor Vereador, já lá estiveram, já lá foi o pessoal do município para fazer a ligação de água e vêm embora porque não teve condições para fazer. Sobre essa matéria também tem que respeitar as condições de segurança e as condições em que trabalham os funcionários e, portanto, no lugar do senhor Rui Duarte já teria ido para tribunal e o que é preciso ir, pois não via outra solução e estava no seu direito. Não vai desistir de continuarem a tentar encontrar uma solução de consenso em que reine o bom senso e que lhe seja permitido que as pessoas percebam que o Rui tem todo o direito. A verdade é que tem, ninguém coloca isso em causa, mas o município, aquele e qualquer outro, tem o poder administrativo, não tem o poder executivo, nem o poder fiscal e portanto, isso aí depende de outras entidades e, por isso, o poder judicial não está com o município, sendo uma matéria que vão continuar a olhar para ela e procurar encontrar uma solução, estando sempre disponível para procurar encontrar uma solução que seja uma solução de bom senso e que resolva de vez aquele problema que, de facto, é um problema, mas é, sobretudo, um problema de vizinhança. Relativamente às outras intervenções, disse que era verdade que o 25 de Abril foi das maiores vitórias que o povo tem e na véspera quando celebraram e assinalaram os 49 anos do 25 de Abril e, por conseguinte, vão para um marco, para esse número que são os 50, e por aquilo que foram as imagens que viram ontem que chegaram pelas televisões a casa, a responsabilidade é de todos e manifestou a disponibilidade da autarquia, obviamente, para dar todo o apoio para que Lagoa porque é um concelho, é um território que preza muito a democracia e a liberdade dos direitos, com todo o respeito, porque a liberdade de cada individuo termina sempre onde



começa a do próximo, que Lagoa assinala os 50 anos daquela data tão importante para a história de Portugal, para a história contemporânea de Portugal e que, de facto, em memória de todos aqueles, de todos os lagoenses, todos os algarvios e todos os portugueses que muito sofreram para que hoje tivessem a liberdade que têm e que permite que os cidadãos ali possam estar a usar do seu direito de falar, porque sem o 25 de Abril, isso não era possível. E que se aproveite também a oportunidade para preservar verdadeiramente os valores de Abril e que eles nunca possam ser confundidos nem possam ser truncados por outras atitudes que nada, infelizmente, têm a ver com a liberdade que, por exemplo, o seu avô lutou tanto e nunca conseguiu ver, nem nunca conseguiu votar, porque infelizmente morreu em 1973. Disse ainda à Dona Ângela não a conhecer e também não faz ideia, mas sem o conhecer, a senhora ou alguém por si teve a veleidade de chegar à porta da Câmara e lhe chamar todos os nomes e, por isso, é que em nome da liberdade, em nome da democracia e todos os direitos que têm, quem lá estava tomou as medidas que têm que ser tomadas porque a liberdade é mesmo assim, ela existe, todos têm os seus direitos, mas não podem ofender os outros, nem lhe chamar nomes sem os conhecerem sequer. Assim é que é a verdadeira liberdade, assim é que são os verdadeiros valores de Abril. Depois, o senhor Nelson não acrescentou, não, não percebeu, folgava muito em saber que o senhor Nelson acompanha as suas palavras, mas não acrescentou nada de novo. Agradeceu os seus contributos para a história de Lagoa, ficarão certamente registados, mas não percebeu qual é que era a sua pergunta, nem acrescentou nada de novo, portanto, também não seria capaz de responder. Depois relativamente às opiniões e àquilo que ali foi dito, também conhece muito bem a lei, também sabe em que condições é que se pode corrigir, rever, suspender ou revogar um plano, estavam as quatro alíneas, a), b) e c). O problema é que para variadíssimos juristas que já consultaram, para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, para o Tribunal Administrativo Central, nenhum desses pressupostos se verifica e, portanto, enquanto isso não acontecer, para suspenderem e tomarem uma decisão tão drástica que possa comprometer o futuro do território e daquele concelho, só com base num parecer, num estudo, sobre sentimentos é um grande erro.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, evidenciou que não se estava a fazer silêncio na sala e não podia permitir que continuasse sem que as pessoas mantivessem o silêncio, tal como houve silêncio nas intervenções anteriores. Agradeceu, ainda, dentro do princípio democrático, que se ouvisse com atenção também as explicações que estavam a ser dadas, de modo a haver respeito recíproco.-----

-----Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação dizendo que quando se invoca o estudo da Almargem, só se evoca uma parte do estudo. Não estava correto, era preciso dizer tudo. O ponto 4.2, diz “ameaças - sazonalidade da disponibilidade da água”, não é o Presidente da Câmara que diz, estava no estudo, diz que só água de forma sazonal; “perturbação humana - visto tratar-se de uma área englobada num perímetro urbano e ladeada por uma estrada nacional, um hipermercado e outras zonas urbanizadas, não existe proteção real contra os impactos antropogénicos, como o pisoteio ou acumulação de resíduos urbanos”. Estava no estudo e era preciso dizer tudo. “Estabilidade e contaminação - existe uma real ameaça à estabilidade desta zona por ser uma zona cársica”, estava tudo dito. Também diz “falta de proteção legal”, pois não existe, atualmente, qualquer tipo de designação legal que proteja a área. “Mortalidade por atropelamento - a proximidade da rede viária à zona húmida, nomeadamente à Nacional 124.1, fazem com que a mortalidade por atropelamento tenha um grande impacto em grupos como os pequenos mamíferos, ou répteis ou os anfíbios”. Portanto, as fragilidades também estão lá e era com base nessas fragilidades que, provavelmente, aquela Assembleia em 2008, quando teve a noção e quando



teve que decidir, decidiu de uma maneira e aquilo que estavam ali a fazer era respeitar a vontade daqueles que foram eleitos pelo povo e que ali têm toda a legitimidade para o fazer. E como disse, e em nome da verdade, também era preciso que se soubesse, que o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa foi ignorado de forma indecente pela Comissão que analisou aquela questão, porque no dia 28 de março, o Presidente da Câmara fez um e-mail para o senhor Presidente da Comissão a dizer que, por motivos de ter uma reunião de Câmara que era muito importante, a reunião de Câmara de Lagoa é muito importante que é onde tomam as decisões para o concelho, e por ter já três ou quatro reuniões previamente acordadas no concelho, não se podia deslocar a Lisboa, mas tinha todo o gosto em lá estar num outro dia e só ficava à espera que marcassem a reunião para outro dia. E ainda estava a aguardar um pedido de desculpa, e não era o Presidente da Câmara, mas sim o município de Lagoa e a quem o representa, um pedido de desculpa formal da Comissão a dizer que ignorou o e-mail que foi enviado pela Câmara de Lagoa e que não considerou outra data para que o Presidente da Câmara, que tinha muito gosto nisso, fosse ouvido sobre aquela matéria. Disse ainda que, também como já afirmaram, quando houver uma determinação relativamente a essa matéria, seja do Governo, ou seja de um Tribunal, garantidamente que convocará a reunião de Câmara e tomarão as decisões que sejam necessárias. Mas isso não acontece, porque ainda naquele dia o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé considerou e despachou improcedente a providência cautelar do PAN. Portanto, a terceira providência cautelar voltou a ser considerada improcedente, pelo que os Tribunais continuam a dar razão ao promotor. Obviamente que, naquela casa, têm que salvaguardar os interesses de Lagoa e, em momento algum, irão contribuir para que haja uma decisão que ponha em causa aquilo que é o futuro daquela terra e das suas gentes.-----

II – Período de Antes da Ordem do Dia:

- Leitura do expediente

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu nota de que a listagem do expediente que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal de Lagoa no período compreendido entre a sessão Ordinária de 15 de fevereiro e o dia da presente sessão, 26 de abril, foi remetida naquele dia, ao princípio da tarde, às senhoras e senhores Deputados Municipais via e-mail, pelo que presumiu que prescindiriam da sua leitura. Não havendo oposição, considerou-se a proposta da Mesa tacitamente aprovada e dispensada a sua leitura.-----

- Substituição de Deputados e Vereadores Municipais;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu nota de ter dado entrada nos serviços da Assembleia um pedido de renúncia apresentado pela senhora Deputada Municipal Carlota Dolores Cardoso Andrade, eleita pela CDU, tendo a Mesa convocado, nos termos do disposto no artigo 9.º n.º 1 e n.º 2 e o artigo 10.º n.º1 do Regimento, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista da CDU, Nelson André Barroso Fernandes, que também apresentou pedido de Renúncia ao mandato, tendo sido convocado para a presente sessão e verificação de poderes, João André Nascimento Cabrita, cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista da CDU. Assim, procedeu-se à verificação de poderes, com a chamada para o compromisso de honra, pelo que que o senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita substitui ambos os renunciantes e assume imediatamente as suas funções como Deputado Municipal eleito efetivo, eleito pela CDU.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** assinou e afirmou solenemente pela sua honra cumprir com lealdade as funções que lhe são confiadas.-

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e desejou o, maior sucesso no desempenho do seu mandato. Informou ainda ter dado entrada na Mesa da Assembleia Municipal os seguintes pedidos de substituição: da senhora Deputada Municipal Telma Isabel Alberto Viana que foi substituída pelo senhor Deputado João Patrício Amaro Rocha, que também pediu a sua substituição, sendo, portanto, substituído pela senhora Deputada Tânia Isabel Ramos Limão; o senhor Vereador Francisco José Malveiro Martins foi substituído pelo senhor Vereador substituto Nuno Dinis da Encarnação Amorim que, por sua vez, também apresentou pedido de substituição, sendo, substituído pela senhora Deputada Vereadora substituta Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho, que já os habituou com a sua presença nas sessões da Assembleia.-----

- **Aprovação de Atas de Sessões anteriores;**-----

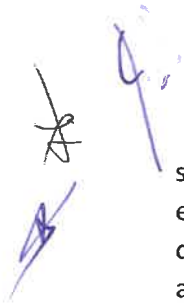
-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se, quanto à ata N.º 15/2022 da Sessão Extraordinária de 21/12/2022, algum dos senhores Deputados Municipais tinha algum reparo, concedendo a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentando os presentes e referindo ter verificado na plataforma que na lista das presenças o seu nome está em duplicado, assim como o nome do senhor Deputado Luís Ribeiro e da Deputada Maria Licínia Lourenço.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e confirmo que, naturalmente, seria retificado aquilo que, provavelmente tenha sido algum erro de simpatia da máquina. Não havendo mais nenhum reparo, avançou-se com a votação com retificações de eliminação de duplicados dos nomes dos deputados nas presenças dos Deputados Jorge Ramos, Licínia Lourenço e Luís Ribeiro, tendo a ata sido aprovada por unanimidade. -----

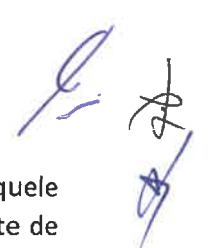
- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu à Comissão para as Comemorações do 25 de Abril, dizendo que decorreram nos dias 24 e 25 de Abril as comemorações do 49.º aniversário da Revolução de Abril, organizada pela Comissão para as Comemorações, no âmbito da Assembleia Municipal, em articulação com a Câmara Municipal como, aliás, tem vindo a ocorrer nos últimos anos. À semelhança dos anos anteriores, as comemorações envolveram um espetáculo musical, Cantar a Vida, Cantar a Liberdade, com Nuno Ribeiro na noite do dia 24, no largo do Auditório. O espetáculo teve um imenso público, em especial público jovem, que quis associar-se às comemorações, desfrutando do momento de festa, partilhando os valores de Abril. Para perpetuarem os valores de Abril, a paz, a liberdade, a democracia, a justiça social, atraindo os mais jovens para a nobre causa, pois



serão eles os guardiões do templo da democracia. Ao espetáculo seguiu-se o hastear da bandeira e o partir do bolo do 49.º aniversário do 25 de Abril. No dia 2 de maio, teria lugar a oitava edição da Assembleia Municipal Jovem subordinada ao tema Lagoa Mais Sustentável, envolvendo os alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho, a Espamol, bem como a escola privada Nobel Algarve. No dia 9 e 10 de maio, realizar-se-ia o espetáculo Contar e Cantar o 25 de Abril com Ricardo de Souza, dirigido aos jovens com sessões nas escolas do concelho e também dirigida à população sénior. Prestou um agradecimento especial à Comissão para as Comemorações do 25 de Abril, na pessoa do seu coordenador, o Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Lobato, naturalmente extensível a todos os seus membros pelo sucesso, até então, das comemorações. O agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, Luís Encarnação, e à senhora Vereadora Ana Martins, extensível a todos os funcionários do município que diretamente colaboraram com a Comissão, tornando as comemorações uma realidade. Ainda uma saudação e um agradecimento aos senhores Diretores do Agrupamento de Escolas e ao Diretor da Nobel Algarve, bem como a todos os professores e alunos envolvidos no projeto. Por fim, uma saudação e um cumprimento aos senhores Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho de Lagoa, bem como a todas associações e entidades que se associaram às comemorações do 49.º aniversário do 25 de Abril, tornando aquela efeméride um momento alto da vida democrática. À Comissão deixou o desafio de que as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que para o ano se celebra, com iniciativas ao longo de todo o ano de 2024, à semelhança do que acontece no presente ano com as comemorações dos 250 anos da criação do concelho de Lagoa, que seja um momento marcante da vida coletiva local, um marco no aprofundamento da democracia local. Nas comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril deverão, por um lado, evocar as histórias, memórias e, por outro, refletir sobre o futuro coletivo enquanto comunidade nos próximos 50 anos. Os desafios são enormes e têm de se preparar para enfrentá-los. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Coordenador da Comissão para as Comemorações do 25 de Abril, Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato.-----

-----Usou da palavra o senhor Coordenador da Comissão para as Comemorações do 25 de Abril, **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentando os presentes e declarou que, na qualidade de integrante da Comissão Eventual para os Comemorações do 25 de Abril, e sempre norteados pelo objetivo de dignificar o concelho de Lagoa e um marco ímpar da história do país e da democracia, com especial responsabilidade de tentar chegar e não deixar cair no esquecimento, principalmente junto daqueles que, felizmente, nunca experienciaram o antes e o depois. Foi nesse sentido que se planeou e estruturaram as diversas iniciativas que se iniciaram no passado dia 24 e que se prolongariam até ao dia 10 de maio, prontamente divulgadas. A Comissão, além de si, a Licínia Lourenço, do PS, Alves Pinto do Movimento Lagoa Primeiro, João Rocha do PSD, Jorge Ramos do Bloco de Esquerda, João Cabrita da CDU, e Maria de Lurdes Alemão do Chega, estes últimos, que, acreditava por questões profissionais, não tiveram oportunidade de dar o seu contributo, até porque muita das reuniões eram marcadas muito em cima da hora mas que, certamente, em movimentos futuros terão o seu crucial contributo que, ano após ano, tem-se pautado por pensar, debater, ponderar, respeitando-se as pluralidades, as sensibilidades e experiências num clima descontraído, assertivo, eficaz e eficiente, tendo como foco a necessidade de se chegar a um bem comum. As propostas a apresentar para, mais uma vez, se perpetuar o 49.º aniversário do 25 de Abril, pessoalmente realçou a contribuição e dedicação de todos e, em especial, do Deputado Municipal João Rocha que colocou todo o seu *know-how* em prol da Comissão e das opções tomadas que se possam efetivar. Destacaram e agradeceram à Câmara Municipal de Lagoa, personalizado no senhor Presidente e na interlocutora direta, Vereadora Ana Martins que, desde a primeira hora,




efetivamente lhes permitiu concretizar e operacionalizar o que se decidiu e era proposto. Aquele agradecimento era extensivo aos diversos responsáveis técnicos e colaboradores, Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, Gabinete de Apoio à Presidência, Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Cultura, Logística e Transportes. Enaltecera igualmente as direções, professores e alunos das escolas do concelho, Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira, Agrupamento de Escolas do Rio Arade e Nobel Algarve que, mais um ano, aceitaram o desafio de se envolverem e empenharem na próxima oitava Assembleia Municipal Jovem donde, certamente, serão apresentadas, debatidas e aprovadas uma proposta que terá influência e com certeza uma mais-valia nos diversos contextos e territórios locais. Confirmou ao senhor Presidente da Assembleia que aceitava o desafio.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, seguidamente, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal, dentro do prazo regimental, a moção apresentada pelo Grupo Municipal do Chega, intitulada “Expansão das redes de desfibrilhadores automáticos externos (DAE)”, que foi admitida pela Mesa à discussão e votação, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 2, alínea d) do Regimento. Também deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal um voto de saudação apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda intitulado “Saudação ao 1.º de Maio”, que foi admitido pela Mesa à discussão e votação, ao abrigo do disposto 37.º n.º 2, alínea c) do Regimento. Para a apresentação da moção “Expansão das redes de desfibrilhadores automáticos (DAE)” foi dado o uso da palavra à representante do Grupo Municipal do Chega, Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentou os presentes e, sobre a moção que o Chega apresentava, explicou prender-se com os desfibrilhadores automáticos externos que são uma mais-valia, atendendo a que muitas das paragens cardiorrespiratórias que existem, assiduamente e em vários casos, nomeadamente em situações de vilas e cidades e entende-se na proposta uma mudança em duas fases, uma primeira fase, que é uma aposta numa certificação e ação de reciclagem de suporte básico de vida e também a desfibrilhação automática externa e que já foi realizada pelo município com o apoio dos bombeiros voluntários a 51 dos seus funcionários. Portanto, estender mais essas formações, nomeadamente às escolas e a professores, porque todos, certamente, em situações de urgência ou de algum incidente, estarão mais preparados para que possam socorrer. Aquisição e reforço implementação dos desfibrilhadores automáticos, pois estavam a alugar em locais de maior concentração, movimentação de pessoas no concelho, quer seja na cidade Lagoa, quer nas freguesias, por exemplo, a Praça Dona Leonor, em Ferragudo, na Senhora da Rocha, em Porches, Rua Vermelha, em Lagoa, Jardins de Estômbar, Cerva e Carvoeiro, entre outras localizações que poderão ser depois analisadas. Acreditam que uma política de prevenção é sempre melhor que uma política de reação. Nesse sentido, a expansão da rede de desfibrilhadores automáticos, assim como o reforço da formação de suporte básico de vida, irá sem quaisquer dúvidas, salvar vidas no futuro. Acreditam que os munícipes e turistas que visitam o município irão estar, certamente, mais seguros.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu pelo espírito sintético e, aberto o período de inscrições, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** afirmando que a moção estava bem estruturada, mas pelo menos para o Grupo Municipal Socialista, não era perceptível nos seus objetivos, pois não se percebe se é uma moção, uma



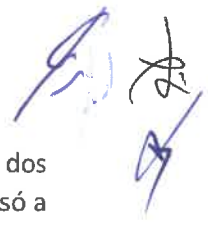
proposta ou uma recomendação. Por outro lado, a proposta diz ser de mudança e já estava a ser efetuada e, aliás, era até do conhecimento da senhora Deputada, já estava a ser efetuada pela Câmara. Aliás, todo aquele processo iniciou-se, de facto, em 2022, em que a Câmara Municipal, e muito bem, priorizou as escolas que tinham pavilhões e já alguns locais públicos, inclusivamente, a Câmara Municipal, o Auditório do Convento São José. E, de facto, isso já estava a ser feito, pelo que não se percebia o que era pretendido. O programa DAE também ainda não estava terminado, pois a Câmara também já iniciou, tem uma segunda empresa contratualizada para o efeito de alargar a rede de dispositivos de desfibrilhação, inclusive, há alguns locais que, de facto, são elencados pela senhora Deputada. Assim, apesar de bem estruturada, a moção não fazia muito sentido. Por outro lado, também estranharam porque, já em 2022, a senhora Deputada propôs ali um voto de louvor à Câmara, precisamente pela expansão que estava a ser feita de DAE no concelho de Lagoa. Nesse sentido, o Partido Socialista não iria acolher aquela moção, pelo que iriam votar contra.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** cumprimentou os presentes assinalou que o senhor Deputado provavelmente sabe mais que os outros, porque sabe o que vai ser feito e os outros não têm obrigação de saber o que a Câmara está a planear uma estratégia com uma empresa, o que também permite que os outros desconfiem que depois de se ver uma proposta a dizer para fazer algo, resolve-se sempre nunca votar a favor e dizer que já estão a fazer isso mesmo. A proposta estava bem feita, não diz que é para fazer o que não foi feito, antes pelo contrário, diz que é para continuar a fazer o que foi feito. Em democracia, todos têm direito de apresentar sugestões, de propor as medidas que lhes parecem adequadas e parece-lhe um tique autoritário sempre que alguém vem com uma proposta, essa proposta ter que ter sempre uma peçonha, tem que ter sempre um defeito. Ora, todos ali são democratas e todos têm os mesmos direitos. Portanto, sendo aquela uma matéria, sem dúvida, muito importante, obviamente, que a bancada do PSD votaria a favor e nem percebe como é que uma proposta de alargar a rede de desfibriladores vai ser votada contra ou não vai merecer acolhimento, porque já estão a pensar fazer e já começam a fazer. Sim, e o que está a dizer é, ainda bem que começaram, o que se propõe é que se alastre, que se alargue e que produza efeitos. Portanto, da parte do PSD registou que não percebem aquele tipo de atitudes e declarou o acolhimento daquela moção.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita**, após cumprimentar os presentes, declarou que o tema que estava a ser abordado era, sem dúvida, muito importante, porque trata-se de vida humana. Por essa mesma razão, não via qual era o inconveniente de tentar melhorar ou manter aquilo que está a ser feito. Como referido anteriormente, não são videntes, não adivinham aquilo que está ou não está a ser planeado fazer por parte do município. E aquela moção, apesar de ter um teor muito mais próximo de uma recomendação, sem dúvida, que a prevenção é sempre o caminho mais correto. A iniciativa de bem-estar da população em geral, pois quanto maior for o conhecimento do próprio povo, maior a hipótese de prevenção. Ali tratava-se não só da implementação daqueles dispositivos, mas também há a proposta de workshops e de incentivo de promoção daquele tipo de cursos, de



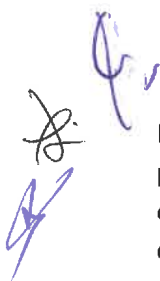
iniciativa. Existem também diversos municípios que já fazem aquele tipo de formação, além dos funcionários públicos, que também exercem aquele tipo de ação de formação abertos, não só a dirigentes como treinadores de coletividades e de clubes desportivos. Na apresentação da moção, fala-se que foram realizados pelo município, com o apoio dos Bombeiros Voluntários de Lagoa 51 dos seus funcionários públicos. É, de facto, importante, na sua opinião, que seja expandido para a população em geral e não só aos funcionários públicos, porque tanto coletividades como clubes desportivos que trabalham diariamente com turmas, com crianças, é importante realmente ter aqueles níveis de conhecimento. Também nas escolas, como havia sido mencionado devia fazer parte o Suporte Básico de Vida como cadeia de sobrevivência. Assim, e tendo em conta aqueles argumentos, não sabia como é que o PS teria uma opinião daquela forma, quando realmente o sentido é melhorar o município.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** referindo que talvez não se tivesse explicado bem, pois o facto é que a Câmara está a trabalhar no assunto e é um trabalho contínuo, que não está acabado. Por outro lado, o PSD tem daquelas coisas, em que as verdades têm muitas leituras, mas dentro dessas leituras só a sua leitura é que é verdade e na democracia todos têm direito a ter a sua opinião e aquela era a opinião do PS, e era por essa razão que vão ter aquela postura. Não contra, aliás pois como disseram, estava bem estruturado, aliás, na declaração de voto talvez se compreendesse melhor, mas também estranhava que o senhor Deputado Joaquim Cabrita não saiba que tudo está a ser feito advém da lei. Existe uma lei de 2009 que legisla sobre a desfibrilhação com DAE. Em 2012, essa lei tornou obrigatória a instalação desses DAE em determinados locais públicos e estabelecimentos, nomeadamente de ensino e comerciais. Mais recentemente, foi criado em 2019, um grupo de trabalho que, de facto, vem recomendar ainda um maior alargamento e a recomendação da utilização desses equipamentos. Também é um facto de que há muito por fazer, sem dúvida, pois é um facto que não existe uma cultura de socorro enraizada na sociedade portuguesa, em que 58% das paragens de cardiorrespiratórias não é realizada qualquer manobra de reanimação à chegada de socorro. Não se pode dizer que o Partido Socialista não está preocupado com isso, era uma evidência. De facto, há muito ainda que fazer, em que as escolas têm um papel muito importante na chamada educação cívica básica, mas também cabe às escolas. Não tem que caber tudo às Câmaras. Por outro lado, uma das obrigações de um Deputado Municipal não é que lhe cheguem as coisas, mas sim procurar na Câmara aquilo que está a ser feito e só assim é que se entende uma moção que, no fundo, engloba uma fiscalização. Era esse o cerne, de facto, da razão, porque ali se encontram. Na sua declaração de voto, esperava que se compreendesse melhor a importância que dão àquela matéria e ao trabalho que está a ser feito. Aliás, deixa em anexo, os locais onde estão instalados e onde vão ser instalados também da DAE com cabine e que não foi feito já porque houve algumas dificuldades logísticas da empresa. Realçou ainda que para a instalação daqueles equipamentos era necessário, e advém da lei, empresas certificadas, as empresas certificadas para esse efeito não são muitas a nível nacional.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.--

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** cumprimentou os presentes e declarou pensar que a posição da bancada do PS tinha sido mal interpretada. Recuou sensivelmente há um ano, em que houve um voto de louvor pelo Partido Chega à Câmara



Municipal de Lagoa pela expansão da rede de desfibriladores, no concelho de Lagoa. O que lhes parece que é extemporâneo é, se há um voto louvor em 2022 pelo trabalho que se desenvolveu e pelo que se está a desenvolver, independentemente de terem todos ou não conhecimento do que foi feito, estavam a falar de um ano. Se o partido propõe aquela moção, se em 2022 reconhece que há um trabalho que está a ser feito e que está a ser desenvolvido, o PS não vê necessidade nenhuma naquela fase, pois estão em 2023, de uma moção para estender o que está a ser feito e que já estava a ser reconhecido pelo mesmo partido em 2022. Mas deixando em aberto a moção que estava a ser apresentada e o louvor que foi apresentado pelo mesmo partido, pela mesma bancada há um ano, interpelou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa sobre o que é que ele pode clarificar relativamente à estratégia que está a ser adotada. Deixou ainda a sua opinião, enquanto profissional de saúde e professor na área das ciências da saúde, dizendo não poder deixar de notar que querem todos, de um dia para o outro, que haja um dispositivo em todo o lado, em todas as instalações, porque a lei prevê que eles estejam colocados em instalações que tenham uma determinada utilização, determinado número de funcionários. E o município de Lagoa deu esse passo em frente e com o reconhecimento no louvor, em 2022. Quanto à formação, todos sabem que aquela formação é uma formação contínua e que tem uma determinada validade. Anteriormente, falou-se nos nadadores-salvadores e também não adianta muito ir buscá-los ao Brasil se eles não tiverem formação reconhecida em Portugal, que têm que fazer e que tem que ser devidamente validada. Ou seja, parece-lhe que estavam a querer ter alguém a toda a esquina para poder salvar todos que possam ter um enfarte a qualquer momento. É verdade, a probabilidade existe, mas se forem ver as estatísticas, também é muito diminuta. A probabilidade de cada um que ali estava na sala ter um enfarte naquele momento, ela existe, mas certamente que é tão baixa quanto sair o Euromilhões, para aqueles que jogam. Por isso, parece-lhe que estavam a querer apresentar louvores há um ano e moções como se o trabalho que não estivesse sido desenvolvido há um ano, não fosse suficiente e que não estivesse a ser continuada a mesma estratégia de desenvolvimento. E deixou a questão ao senhor Presidente da Câmara se podia clarificar quanto àquilo que ainda estava a ser feito.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara no final das intervenções dos senhores Deputados Municipais, passando, em seguida, a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita dizendo que, e sendo objetivo, não via incompatibilidade nenhuma entre o louvor de há um ano e a sugestão atual por uma razão muito simples, porque a sugestão está muito bem feita e diz que tem uma primeira fase que é alargar a formação e depois sim ver onde é que fazem falta os equipamentos. Os senhores Deputados do Partido Socialista, provavelmente pela proximidade ao Executivo municipal, saberão o que o Executivo faz em todas as políticas. Não é expectável que todos os outros Deputados saibam o que o município e o que a Câmara Municipal está a fazer ou não em todas as áreas. A lei fala em condições mínimas e o que se sugere é um alargamento. A verdade é que, desde o louvor até então, só 51 funcionários da Câmara fizeram a formação em suporte básico de vida, que não é dada por técnicos difíceis de contratar a empresas muito esquisitas de sítios muito recônditos. É dada pelos Bombeiros Voluntários de Lagoa. “Não têm gente certificada para dar essa formação? Agora exijo resposta. Têm ou não têm? Quer dizer, quando faço uma afirmação, cai o Carmo e a Trindade que é estúpido e não percebe nada do assunto. Quando faço uma pergunta, ficam calados, que não é preciso responder”. Estão ao nível dos meus alunos”.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, apelou a que prosseguisse com a sua intervenção. Tendo a mesma sido concluída, foi concedida a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

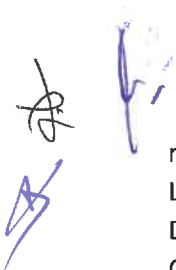
-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** replicou dizendo tratar-se de expansão, sendo que nunca ninguém disse que não era feito, nunca ninguém que afirmou que não estava a ser feito. Portanto, expansão é aumento daquilo que já existe. E ninguém esqueceu da bancada parlamentar do Chega que houve um voto de louvor muito bem feito e ninguém retira uma palavra ao que já foi dito. Mas expansão é aumentar.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Deputado **Diamantino José Ernesto Ruivinho** constatou ser difícil suportar determinado tipo de divergência e não sabia como é que se consegue encontrar numa moção daquelas, motivo para a divergência e para um voto de rejeição a um documento daqueles. Não consegue encontrar e considera uma falta de bom senso da parte de todos, uma falta de responsabilidade. Era uma questão de vestir a camisola. Quando ali se estava a falar de um assunto em que toda a gente está de acordo, mas estavam a divergir no voto por não ser da própria bancada, algo que considerava inadmissível e inaceitável entre os seus pares Deputados Municipais.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para clarificação em relação àquela matéria, uma vez que foi suscitado pelo senhor Deputado Municipal Luís Ribeiro, esclarecendo aquilo que está a ser feito naquela matéria apelando, naturalmente, ao seu espírito síntese.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** procurou ser sintético ajudando a esclarecer a Assembleia e dizendo que, em 2019, como foi referido, o município fez um procedimento, um processo-piloto em que colocaram desfibrilhação automática externa nas instalações desportivas do município, nomeadamente nas piscinas municipais, no pavilhão municipal Jacinto Correia, na Fatacil e no Complexo do Parque Desportivo Municipal de Estômbar. Depois, em 2022, alargaram essa aposta e esse processo ao Capitão Josino da Costa, ao pavilhão Manuel Ferraz, na Escola do Parchal, ao Convento de São José, à Nave Desportiva de Ferragudo, ao Pavilhão da Espamol, ao recinto exterior da Espamol, ao edifício da Câmara Municipal de Lagoa, ao pavilhão João Cónim, na escola de Estômbar ao pavilhão, ao Auditório Carlos do Carmo e também ao Estádio da Bela vista. Atualmente, o município tem já instalados 14 aparelhos de desfibrilhação automática externa. Também por essa altura, em 2019 fizeram o processo piloto e, em 2020, começaram a trabalhar com uma empresa especialista na matéria para fazer um outro processo, aí mais abrangente e mais ambicioso, que consistia em colocar desfibrilhação automática externa na via pública. E se não fosse o facto de ter acontecido uma pandemia e a guerra na Ucrânia, provavelmente, nem haveria necessidade de a moção ser apresentada porque ela já estava instalada. Muito rapidamente disse ainda que o projeto que é acompanhado pelo seu chefe de gabinete e que está em vias de, muito em breve, conhecer a luz do dia, implica a colocação de desfibrilhação automática externa na via pública com a formação que envolve os Bombeiros Voluntários de Lagoa, envolve as forças de segurança, como a GNR, e que envolve também um grupo de cidadãos já com formação pré adquirida, ou seja, enfermeiros, socorristas, paramédicos e



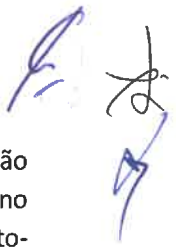
médicos e esse projeto, concluindo, implica a colocação de uma DAE no largo da Rainha Dona Leonor em Ferragudo, na Praceta 20 de Junho, no Parchal, em frente à Che Lagoense, no largo D. João II, na Mexilhoeira da Carregação, no Mercado Municipal, em Estômbar, no largo 5 de Outubro, em Lagoa e no largo do Auditório onde se encontravam, no largo da praia do Carvoeiro, em Carvoeiro, junto ao Centro de Saúde escola, em Porches.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o precioso esclarecimento que permitia ter um outro olhar sobre a matéria que estava em discussão. De seguida, foi dado a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral apelando ao seu espírito de síntese.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral afirmou haver ali algumas questões na moção, embora não quisessem ver, sobre as atividades extracurriculares das escolas. Como tinha dito, as escolas são fundamentais no processo de educação cívica. No entanto, na cadeia de sobrevivência, obviamente que, nas escolas e não só, os programas de DAE é feita a formação de suporte básico de vida, mas o suporte avançado de vida não é feito nas escolas. O suporte avançado de vida é só para profissionais de saúde, médicos e enfermeiros. Aliás, nem é para bombeiros, os bombeiros também não o podem fazer, e isso faz parte da cadeia de sobrevivência e quis fazer essa correção. O que estava elencado era inadmissível, e deveria haver algum carácter pedagógico nas Assembleias de como as coisas se fazem. Declarou o seu conflito de interesses, por ser médico, e talvez soubesse um pouco mais, assim como muitas vezes há algumas intervenções do Doutor Joaquim José Martins Cabrita, sendo da área dele, também intervém muitas vezes com outra dimensão.-----

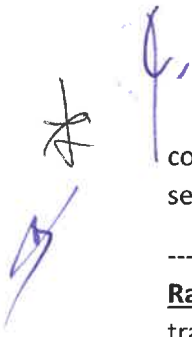
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e esclareceu que seria um conflito de competências, cada um na sua competência. Em seguida, procedeu-se à votação da moção tendo sido rejeitada por 14 (quatorze) votos contra do Partido Socialista, 10 (dez) votos a favor, 3 (três) do PSD, 3 (três) do Movimento Lagoa Primeiro, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU e também o Presidente da Junta de Freguesia de Porches, da bancada do PS. Seguidamente, foi concedido uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral para apresentação da declaração de voto.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral apresentou a seguinte declaração de voto: «A realidade pode ter muitas leituras, mas na área da prevenção da morte súbita cardíaca, a evidência mostra que a realidade está longe de ter uma resposta adequada e é, por isso, um dos domínios onde há muito por fazer. É um facto que não existe uma cultura de socorro enraizado na sociedade portuguesa e segundo a Sociedade Portuguesa de Cardiologia, em 58% das paragens cardiorrespiratórias não é realizada qualquer manobra de reanimação até à chegada do socorro. Efetivamente, os procedimentos específicos e definidos nas recomendações sobre reanimação, quando devidamente aplicados, aumentam de forma significativa a probabilidade de sobrevivência em caso de paragem cardiorrespiratória, pelo que a pronta e correta execução do Suporte Básico de Vida e desfibrilhação automática externa são essenciais para reduzir a mortalidade e morbilidade associadas à paragem cardiorrespiratória. Salvar uma vida envolve uma sequência de passos. Cada um deles influencia a sobrevivência e os passos são frequentemente descritos como elos de cadeia de sobrevivência, em que o primeiro elo é conhecido por todos, que, portanto, o pedido de ajuda e não é de somenos importante que é o 112, o segundo elo é o Suporte Básico de Vida precoce para ganhar algum tempo, a desfibrilhação precoce para reiniciar o coração. Na maioria das vezes, a paragem cardiorrespiratória o coração para de bater eficazmente devido a uma prorrogação do ritmo



cardíaco, entrando em fibrilhação ventricular. O único tratamento eficaz para a fibrilhação ventricular é a administração de um choque elétrico, portanto, desfibrilhação. Registe-se, no entanto, que esta experiência positiva associada à utilização da DAE pela publicação do Decreto-Lei 184/2012, de 8 de agosto, passou a ser obrigatória a instalação deste equipamento em determinados locais de acesso público. No entanto, devemos ter em atenção que à luz da lei portuguesa e do Decreto-Lei 188/2009, a prática de atos de desfibrilhação automática externa em ambiente hospitalar por não médicos é considerada um ato médico. Esse ato médico pode ser delegado por um médico em operacionais não médicos nas condições referidas do Decreto-Lei 188/2009, de 12 de agosto. Assim, de acordo com esta lei, os DAE só podem ser utilizados por operacionais não médicos se estiverem incluídos num programa de DAE previamente autorizado pelo INEM, o que implica a submissão de uma candidatura para licenciamento do referido programa e no cumprimento de requisitos previstos para o plano de desfibrilhação automática externa, também conhecido pelo PDAE e que, entre outros, obriga à existência de uma empresa certificada para o efeito, que exige um médico responsável pelo programa DAE e estejam garantidos operacionais em número suficiente, isto é, capaz de, em tempo oportuno, assegurar o funcionamento do respetivo programa. Face ao exposto, e no que obriga a Câmara Municipal de Lagoa do Algarve que obriga a fazer desde 2021, considerou no planeamento para a expansão e atribuição de equipamentos de DAE na respetiva operacionalização dos programas em dar prioridade a locais públicos que, diariamente, apresentam uma maior concentração de crianças e jovens, tais como estabelecimentos de ensino, todos os complexos desportivos, bem como Câmara Municipal e outros serviços, como o Convento S. José, Auditório Carlos do Carmo e outros que já foram aqui descritos pelo senhor Presidente. Também nesta altura foram desenvolvidos esforços para a colocação de equipamentos DAE em cabines especialmente preparadas para o efeito e sinalizadas junto de edifícios âncora que, como são outras estruturas municipais locais, com grande afluência de pessoas. Depois há aqui um anexo onde estão realmente essas estruturas. Este trabalho deve, efetivamente, ser reconhecido e divulgado como ato de boa gestão e de competência na proteção da integridade das pessoas e não só dos que nos visitam, mas sobretudo dos que escolheram Lagoa para nascer e que aqui vivem num desafio sempre presente de as pessoas primeiro. Entendemos, por isso, que o caminho já percorrido não se deve esgotar neste trabalho e, como dissemos no princípio, há muito por fazer, sendo fundamental que exista um franco debate na comunidade em geral e escolar em particular, na tomada de consciência por todos da importância da literacia em saúde como instrumento de capacitação, de autorresponsabilização, na melhor resposta a ter para decisões tão fundamentais como a do socorro aos outros. Neste contexto, a moção agora apresentada pelo partido Chega, apesar de bem estruturada, mas pelo que acabamos de desenvolver em nosso entender, não faz sentido da forma como é enunciada, nem é perceptível no seu objetivo, porque nela já é reconhecido o trabalho na área de socorro que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver. Por outro lado, como já foi aqui dito, por outro lado, está em curso a aquisição de outros equipamentos de DAE em cabines, inclusive para locais públicos, alguns dos quais também agora propostos nesta moção. Mas se outras razões não houvesse, efetivamente, já em 2022, como foi aqui dito, este mesmo partido deu um voto de louvor à Câmara Municipal pelo programa adequado de instalação destes equipamentos. Por tudo isto, o Partido Socialista não acolhe esta moção e não pode ter outra intenção de voto senão votar contra. Muito obrigado, senhores Deputados, pela paciência que tiveram em me ouvir».

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, de seguida, convidou a apresentar a saudação Primeiro de Maio,



concedendo a palavra ao senhor representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** leu a moção: «Há 50 anos no Primeiro de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões, mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração e lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago, nos Estados Unidos da América, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida com a condenação à morte de dirigentes sindicais. Menos de um ano depois, chegou 25/04/1974, explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até então negados. Cuidados de saúde pública, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e o respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, a contratação coletiva e a organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as comissões de trabalhadores. No momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da Troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o Primeiro de Maio, Dia Mundial do Trabalhador e lembrar que o direito a trabalhar em condições justas e favoráveis com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa, reunida hoje em sessão Ordinária delibera saudar o Primeiro de Maio e nele a coragem de todas e todos que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade a toda a população. O ponto 2: saudar as lutas das trabalhadoras, dos trabalhadores, dos setores público, privado e social por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.»----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abertas as inscrições, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Filipe dos Santos Alberto.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** cumprimentou os presentes e referiu que, conforme a documentação já enviada para a Assembleia pelo senhor Presidente da Assembleia teve a amabilidade de fazer seguir à Junta de Freguesia enquanto primeira peticionária...-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu dizendo que estavam apenas a discutir a questão da saudação do Bloco de Esquerda, sendo que aquele assunto seria abordado na segunda parte. Assim, e não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação do voto de saudação ao Primeiro de Maio, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, sim, avançou-se para a segunda parte do ponto de Antes da Ordem do Dia, Apresentação e discussão de assuntos de interesses gerais para o município e concedeu o uso a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Filipe dos Santos Alberto.-----

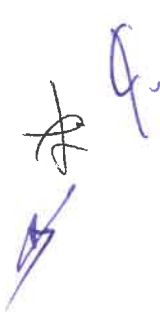
-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** pedindo desculpa pela intervenção anterior extemporânea. Referiu, depois, que conforme documentação enviada no dia 23 de março, estiveram presentes enquanto primeiros subscritores da petição contra o alargamento e aprofundamento do Rio Arade, para que fosse aumentada a capacidade dos portos de cruzeiros. A petição foi apresentada no dia 04/11/2020, com 4392 assinaturas e foi uma petição que partiu de baixo, das pessoas, e só a posterior é que foi apadrinhada pelas autarquias e pelos restantes partidos políticos que se quiseram juntar à população de Ferragudo, ao contrário de outras que nascem de cima e pouca junção da população conseguem angariar. A petição defende a salvaguarda dos valores patrimoniais, culturais, arqueológicos e, sobretudo, ambientais e tudo isso leva-o a pensar, porque é que se há pessoas que defendem alguns valores ambientais, não os defendem os outros como estava exarado na petição. Essa era uma primeira interrogação. A segunda a constatação de um facto e falando taxativamente das Alagoas brancas, era inadmissível que pessoas que dizem proteger o património e a natureza e respeitam a biodiversidade, tenham efetuado o atentado ambiental patrimonial que se verificou, e falava pela sua freguesia, não pelas outras, mas verificou-se também em todo o concelho de Lagoa, onde grande parte dos equipamentos públicos que levaram o ano a limpá-los, tais como papeleiras, tais como caixas da EDP e outras mais, foram conspurcados e vandalizados por papéis, pósteres, cartazes, autocolantes desse movimento. Se somos ecológicos e queremos defender o ambiente, o ambiente é um todo, e não só aquilo que nos interessa, não é só as Alagoas brancas que interessa, é um todo. A Junta de Freguesia vai apresentar uma queixa à Câmara Municipal de Lagoa, no âmbito do regulamento em vigor, da salubridade pública, bem como também à GNR contra os autores desse manifesto, ataque ambiental. Notou, ainda, a posteriori, que, inclusive em Lagoa foram vandalizadas árvores que pensava ainda estarem vivas porque tinham folhas, flores e frutos, sendo mais um atentado ambiental, bem como foram colocados em património municipal determinados tipos de autocolantes e de pósteres relativos àquele movimento. Ele que tinha alguma sensibilidade para o movimento, tal como todos os outros que tenham a ver com os valores ambientais, a partir aquele momento, pensava não se poder defender apenas o ambiente quando se tem interesse na causa, devendo defender-se o ambiente num todo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** cumprimentou os presentes e quis saber o estado da arte, ou seja, o estado da situação relativamente a uma missiva que o senhor Presidente da Assembleia teve a amabilidade de lhes remeter a propósito de sanitários na praia da Marinha. Quis, assim, saber o estado da situação sobre a matéria e o que é que se vislumbra sobre isso, porque depois da comunicação do senhor Presidente da Mesa, não conseguiu descortinar qual o resultado que foi efetivo da situação, qual é a ideia que a Câmara tem sobre a resolução do problema ou se não o resolve.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** cumprimentando os presentes e declarou que aquela Assembleia Municipal reúne no dia a seguir ao 25 de Abril e à sessão solene de receção ao Presidente do Estado, irmão do Brasil, eleito democraticamente pelo seu povo em eleições livres, mesmo que condicionadas pelas



forças reacionárias e extremistas ligadas ao anterior Presidente Bolsonaro. A sessão solene de receção ao Presidente brasileiro, antigo operário metalúrgico, impulsionador de fortes transformações democráticas, económicas e sociais no seu país, no tempo em que exerceu mandato de Presidente, foi marcado pelo triste, lamentável e inaceitável comportamento do partido Chega na Assembleia da República. O Chega revelou neste ato solene, para além de uma imaturidade política, uma atitude quase criminal que a todos os títulos envergonha qualquer democrata e pessoa sensata do país. O belicismo dos atos e das palavras do Chega com cartazes onde se podia ler que Lula é corrupto e o seu lugar é na prisão, para além de uma ofensa política na casa da democracia, que é a Assembleia da República, e que recebeu um Presidente de um país irmão, foi ao mesmo tempo um ato criminoso porque o Chega não faltou apenas ao respeito ao povo brasileiro que elegeu o seu Presidente, mas igualmente ao poder judicial do Brasil, que ilibou Lula da Silva de qualquer crime que os reacionários do mundo inteiro teimam em querer fazer crer. Até o Papa Francisco veio a público em entrevista dada defender Lula da Silva, atestar a circunstância da sua inocência e falou da malvadez que as forças do poder económico e do extremismo político brasileiro tentaram com ele fazer. É difícil aos poderosos ver um ex-operário no centro da política brasileira, um país onde foi dominado pelos generais, pelos fazendeiros e por interesses inconfessáveis. Mas a democracia e a verdade venceu no Brasil e vencerá também no mundo se não desistirmos do combate com toda a energia e violência política nos atos dos reacionários.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão para pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara acerca da missiva da associação de moradores da Caramujeira acerca das instalações sanitárias naquela zona.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto cumprimentou os presentes e referiu-se às instalações desportivas da Espamol que foram feitas recentemente e lembrava-se que aquela obra seria também aberta ao público e reparou que a iluminação mantêm-se durante a noite, mas não há maneira de entrar, pelo que ou a luz estava a ser gasta, sem se saber para quem, e estavam a consumir energia sem nenhum objetivo, ou então não percebeu por onde seria a entrada.-----


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos declarando ter alguns pontos para abordar. O primeiro ponto era sobre o corte das árvores que aconteceu junto à praça de táxis, em Carvoeiro. A Câmara ou o município de Lagoa colocou no Facebook a dizer que ignorava, não sabia de que é que se estava a passar, que os serviços de jardins não acompanhou qualquer situação, mas que a autarquia iria averiguar em que circunstâncias os cortes das árvores foram realizadas. Assim, quis saber se já tinham chegado a alguma conclusão. Naquele dia, tinha ido a Ferragudo e no Beco da Mão, uma ou duas casas foram demolidas e esse Beco da Mão fica na lateral do Silo de Ferragudo. Pensava que a obra

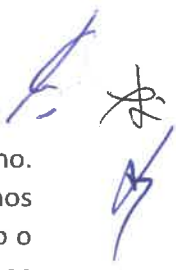
não tinha nada a ver com o Silo de Ferragudo. Estava lá um aviso, mas o aviso estava em branco e supostamente devia estar preenchido para se saber o que é que realmente lá se vai passar. Sobre o Pavilhão do Arade, e dado que o município o adquiriu, gostaria de saber o ponto da situação, se já foi feito algum levantamento para posteriormente fazerem um estudo de requalificação. Mas também pensava que até fazerem algo deviam melhorar a fachada, pois têm vidros partidos, as pessoas passam ali e notam que realmente aquilo está ao abandono. E sugeri colocar umas câmaras de vigilância. Por último, quis saber sobre o edifício da panificadora da Senhora da Luz, o que pensam fazer e se têm já algum destino a dar.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para esclarecimentos.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação lembrou, relativamente à questão que foi colocada quanto aos sanitários na praia da Marinha, que havia um projeto inicial que tinha a colocação dos sanitários e também de um bar de apoio numa segunda fase. Esta questão dos sanitários não era de agora, pois, a associação dos moradores da Caramujeira há bastante tempo que interage com a Câmara, apresentando sugestões, no verdadeiro exercício da cidadania e em democracia e, assinalou, em respeito pelas regras dessa democracia que todos valorizam, e até já têm tido, inclusive, reuniões com o Executivo, sendo aquela um das consequências dessas reuniões e desse trabalho foi o facto de se ter deslocado ao local pouco tempo depois de ter tomado posse como Presidente e reconheceu que a senhora que representa a associação, tinha razão. De facto, o local onde inicialmente estava previsto a colocação dos sanitários não era o mais adequado e, portanto, suspenderam a localização dos sanitários naquela zona e os sanitários serão colocados na fase em que será construído, o edificado do apoio de praia, porque o apoio tem que ser retirado de lá de baixo, onde ele está, por razões óbvias, porque está numa na faixa de risco e não pode lá estar, portanto, tem que ir para cima e quando ele for apoio de praia e, no fundo, apoio de toda aquela zona de todos os caminhantes que cada vez mais fazem os Sete Vales Suspensos. E, portanto, será lá que eles depois terão as casas de banho, que serão públicas e que lá ficarão. Enquanto isso não acontece, estão, obviamente, a tomar medidas e consultou com o Vereador para, com a maior brevidade possível, se colocar em sanitários provisórios naquele espaço, precisamente para evitar tudo aquilo que é descrito e com razão. A verdade é que a pressão sobre a Praia da Marinha é cada vez maior, aquilo que é descrito pela Associação também é verdade e, atualmente, estão com um problema sério em mãos. Já fizeram várias reuniões e aproveitou também para informar a Assembleia, tendo já abordado a questão na Câmara, que têm um problema com toda a questão de Benagil e da Praia da Marinha, porque não sabe se vai ser possível recorrer aos serviços gratificados, como foi no passado, que os ajudam de alguma forma a manter alguma ordem naquela área que tem uma enorme pressão. O problema da Praia da Marinha não se confina só aos sanitários, mas sim o seu uso abusivo e vão sempre dois passos à frente e inventam sempre uma forma de lá colocar viaturas de forma abusiva e, portanto, têm uma enorme dificuldade, sendo um problema que, obviamente, vão continuar a acompanhar na procura de uma solução. Disse ainda ao senhor Deputado Alves Pinto que recordava-se e bem, tendo uma boa memória, de que a obra das instalações desportivas construídas com o protocolo da DGEST, porque ela começou quando ainda não tinham competências na matéria e foi por protocolo com a DGEST, incluía a construção de um campo sintético de futebol de 7, o melhoramento da quadra de voleibol de praia que já lá existia, embora estivesse de alguma forma degradada e o aproveitamento de todo o espaço com um circuito de manutenção, a criação de um mini campo de basquetebol e possibilitar esse serviço à população, que é o que



está desde a passada sexta-feira, porque até lá não era possível, porque o sistema de controlo de electricidade e da abertura da porta que é a meio, não é no portão, é a meio, e que só na última sexta-feira é que foi possível concluir. Abriram a instalação antes para que os clubes, porque têm uma utilização diferente e não fossem prejudicados, e estão desde o princípio do mês de abril que já podiam utilizar, e só na passada sexta-feira é que se fez a abertura ao público. Para já, por questões de segurança, enquanto monitorizam, e até a pedido da própria diretora da escola, estão a manter a luz acesa com o mesmo sistema que já têm na via pública, em vários espaços, que é a diminuição do fluxo a partir de uma determinada hora até 40% da sua capacidade máxima e ver como é que corre, porque uma das preocupações que foi colocada pela senhora Diretora, eram eventuais atos de vandalismo e, por isso, à cautela irão fazer esse piloto e experiência para ver como resulta. Mas a ideia, como o senhor Deputado disse, e bem, era que aquele espaço fique aberto ao público fora do horário letivo, ficando até à meia-noite de segunda a sexta e durante os fins de semana fica aberto para uso da população. Relativamente às questões que foram colocadas pelo senhor Deputado Municipal Jorge Ramos, a questão do corte das três árvores em Carvoeiro não teve qualquer intervenção do município de Lagoa. Não tinham nenhum procedimento para que aquelas árvores tivessem sido alvo de qualquer intervenção. O procedimento que tinham era para que essa intervenção fosse feita na Fatacil, o que veio a acontecer. E o que resultou da averiguação que fizeram, não para perceber apenas quem era o culpado, mas perceber em que circunstâncias e quais eram as consequências dessa intervenção e as consequências dessa intervenção, foi fazer um trabalho que não é a primeira vez que é feito naquelas árvores, foi a poda das árvores foi feita pela empresa. Perceberam até determinada altura que a empresa confirmou que não teve qualquer instrução da Câmara e nem podia ser de outra maneira para o fazer, porque nem havia procedimento. Pelos vistos, entendeu que aquela era uma das árvores também para intervir, portanto, entendeu mal. Aquilo que apuraram e que importa também esclarecer a Assembleia e todos aqueles que pretendem sabê-lo é que naquele processo nenhuma árvore foi destruída e dali a três meses, vão estar novamente a florescer, foi feito um trabalho de poda que não foi encomendado pela autarquia, nem havia procedimento para tal. Portanto, nunca devia ter acontecido, mas aconteceu e foi feito por um técnico. Quiseram perceber quem é que tinha feito e quem é que tinha ordenado. Foi um técnico da empresa que está devidamente habilitado a fazê-lo. Não foi destruído nenhum ninho, nem houve qualquer ave que tivesse sido morta ou que tivesse ficado ferida com a intervenção. É verdade que ficou muito sensibilizado com aquele cenário dos pássaros com aquele stress todo e desorientados, naquele primeiro dia, mas felizmente, a natureza é dotada de condições, de qualidades, de predicados que se calhar, às vezes o ser humano não tem. É porque a verdade é que aquilo só dura um dia, porque no dia a seguir, as aves que aproveitavam aquele espaço para pernoitar encontraram um outro local e, no dia a seguir, passou por lá e já não tinham nada daquele primeiro cenário que a si lhe custou imenso verificar. Acrescentou ainda que a intervenção, a poda das árvores é absolutamente essencial para poder equilibrar as árvores, para poder verificar o estado de conservação das mesmas e dar-lhes mais vida e mais longevidade. Todos os anos, por exemplo, o procedimento que a Câmara adquiriu que tratou foi para intervir nas árvores da Fatacil, que já estão todas a romper e não cortaram todas, só foi uma parte, as outras deixaram, tiveram essa preocupação e foi acompanhado pelos técnicos da autarquia. Já estão todas a florescer e quando chegar a altura da Fatacil, no próximo Inverno, estarão normais com uma vantagem de quem for à Fatacil nesse ano estará mais seguro, embora nunca se possa garantir, o risco pode acontecer, porque ele está sempre presente, mas o que podem fazer é tomar ações para mitigar. E, todos os anos, durante a Fatacil, têm episódios e é conhecido, o mês de agosto é muito ventoso no Algarve e, sobretudo, também ali naquela zona. Todos os anos cai um galho, cai um ramo, colocando em



perigo quem lá está e é preciso fazer essas intervenções ali e noutros espaços do concelho. Recentemente, estive em serviço fora do concelho e pôde verificar que também nos concelhos onde estive é feita essa poda das árvores pelas mesmas razões que indicou. É feita em todo o lado. Aquelas, de facto, foram feitas e não deviam ter sido feitas porque não havia nenhuma instrução da autarquia para o fazer, mas aconteceram. Não vê que tenha acontecido ali nenhum crime nem nenhuma razão para apresentar uma queixa-crime porque, de facto, fizeram um serviço que se calhar era necessário ser feito noutra altura qualquer. Se deveria ser assim ou não, já são questões técnicas e, para isso, têm os técnicos da autarquia para os acompanhar. Relativamente à obra no Beco da Mão, desconhece, não tem nada a ver com o Silo de Ferragudo e, portanto, irão verificar através dos serviços de fiscalização, o que é que se passa. Sobre o Pavilhão do Arade, disse que estão na fase de iniciar a limpeza do mesmo e só depois de iniciarem a limpeza e a remoção dos escombros, que são imensos na parte interior, é que estarão em condições de poderem fazer uma avaliação do que é necessário fazer e de quanto é que vai custar para lançarem um procedimento concursal, pois vai ter que ser por concurso público internacional face aos montantes que estão envolvidos. O pavilhão, atualmente, e de há algum tempo àquela parte, tem videovigilância e segurança física. Isso estava assegurado. Relativamente à questão do edifício da Panificadora, ainda não têm uma decisão. Estão num brainstorming interno para tentar perceber qual é a utilidade- Há várias hipóteses em cima da mesa, todas elas representam, obviamente, uma mais valia e que é dar um fim digno àquele edifício. Foi também por isso, entre outras razões, que ele foi adquirido. Por respeito, naturalmente, terá que fazer passar essa decisão primeiro pelo Executivo camarário para depois comunicar à Assembleia.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo questionou quanto à questão que fez se haveria construção ou edificação de apoio de praia e dos sanitários, mais definitivamente do que aquilo que vai ser instalado. A questão era da previsibilidade de prazos ou se ainda estariam a dialogar com os organismos com jurisdição sobre aquela matéria.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação respondeu que ainda estavam na fase de discussão com a entidade, com competência na matéria. A proposta de localização é junto aos pinheiros, onde estão os abrigos para os gatídeos, mas ainda não têm luz verde para avançar com o projeto.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o espírito de síntese e, não havendo mais inscrições, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia.-----

III – Período da Ordem do Dia:

1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 10 de abril de 2023;-----

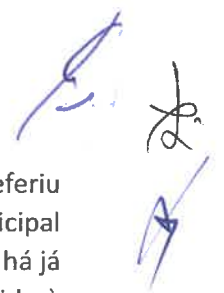
-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições para uso da palavra e concedeu-a à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** dizendo ter algumas questões que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente na página 7, quando se menciona que o asfaltamento da massa quente em Benagil e quis saber se esse asfaltamento de massa quente em Benagil oferece exatamente propriamente à povoação em si ou todo o percurso que serve a pequena localidade. Depois fala também que envolve massa quente em Vale Currais, está praticamente especificada, mas depois também fala na pág. 8 no asfaltamento de massa quente do Poço Partido e assim, perguntou se esse asfaltamento também vai diretamente àquela zona de Vale de Milho e todo aquele cruzamento que vai diretamente à Praia de Vale de Santeanes, essa zona toda que é caótica, que de cada vez que lá se passa tem buracos, remendos e anda-se aos saltinhos lá em cima e presumiu que os turistas também não devem gostar muito dessa situação, sendo que não abona muito a favor de Lagoa. Depois, uma das últimas questões que aparecem, asfaltamento de massa quente na Canada, depois diz Caramujeira e pediu que esclarecesse esse ponto também. Uma última questão, por fim, sobre a estrada entre a Fatacil e o Aldi que continua em situação caótica.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse haver um conjunto de informações da divisão financeira para pagamento de valores correspondentes ao segundo período a uma série de entidades. No entanto, há uma que fica de fora e quis saber se havia algum motivo e porque é que tal acontece. Se forem à página 31 consegue-se ver logo quem é e porquê. Na página 32 há também o pedido de uma informação à divisão financeira para pagamento do valor relativamente à Ensinar a Sorrir, Associação Solidária de Apoio à Família, correspondente ao segundo período e quis saber se no período em que esteve encerrado estabelecimentos escolares, se foi deduzido o valor e qual foi o montante, desse valor, porque estava a ser pago o segundo período e de forma seria feito esse processamento. O mesmo sobre as AECs, pois coloca-se o mesmo problema. Constava uma orientação para pagamento do segundo período, houve um período claro e largo de greves em que essas atividades não se processaram, pelo que pretendeu saber se houve dedução, qual o montante da redução ou como é que seria feito esse acerto de contas. Perguntou ainda sobre um conjunto de relatórios que são pedidos relativamente àquelas atividades, voltando a sugerir que na informação do senhor Presidente, fosse dado a conhecer à Assembleia, quais são as avaliações feitas nesses projetos, porque aprovam os protocolos, são executados, mas nunca têm conhecimento concreto de qual é a avaliação que é feita dos vários protocolos. Assim, já que são feitos os relatórios, já que esse trabalho existe, que seja fornecida à Assembleia Municipal para conhecimento, os relatórios destas atividades, tanto nas AECs como nas atividades de apoio à família, que sejam solicitados e que sejam entregues à Assembleia Municipal.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----



-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** referiu que a sua intervenção viria na sequência da intervenção do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, sendo que já tinha falado anteriormente, na situação dos relatórios, há já algum tempo, há alguns meses largos. E reforçou que seria de bom tom que fosse remetido à Mesa da Assembleia para remeter aos Deputados, reforçando assim que aquele tema já tinha sido objeto de intervenção e, na presente sessão, há um outro membro da Assembleia que também o refere, pelo que ficavam na expectativa de receber esses documentos.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para resposta às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou pela questão colocada pela senhora Deputada Maria de Lurdes Alemão, explicando que, de facto, as massas quentes são pequenas reparações, são aqueles dias em que conseguem ir buscar massa à entidade que forneça até há bem pouco tempo era só uma no Algarve, e fazem aqueles pequenos, mesmo pequenos buracos que existem no asfalto, aquelas pequenas reparações. O município, em termos de vias, fez agora um investimento de mais de meio milhão de euros naquilo que estava previamente definidos em Porches, em Carvoeiro, na freguesia de Porches, na freguesia de Lagoa e Carvoeiro, e Estômbar e Parchal, e Ferragudo um pouco por todo o concelho. Nos próximos anos, seguir-se-iam outras zonas para poderem intervir, têm tido essa preocupação de fazer intervenções nas vias rodoviárias, naquela fase, dando prioridade aos caminhos rurais que estavam previamente definidos e que necessitavam de uma intervenção. Muito em breve, já no ano de 2023, terão que, obviamente, dar prioridade às vias urbanas e outros caminhos que necessitam também de uma intervenção. Relativamente às outras questões que foram colocadas, tomaram nota da sugestão, e irão procurar, de facto, que essa avaliação dos relatórios possa também ser transmitida e apreciada, pois se ela existe é para se partilhar. Relativamente à questão, a informação que tem é que, de facto, procederam a essas deduções, mas em concreto não conseguia responder naquele momento. Iriam apurar e dariam essa informação concreta e específica.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** colocando uma última questão, sobre a que é que se referem e como, na página 8, a reparação de valetas na Caramujeira.-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** referindo que todas as informações que estavam naquela página, as massas quentes, são pequenas reparações que são necessárias fazerem no dia a dia. Isso era reportado pelo engenheiro dos serviços da Divisão dos Serviços de Obras Municipais e partilham informação dentro da informação, mas não conseguia explicar o que foi feito em cada um dos buracos, em cada daquelas páginas. Foi uma pequena intervenção de uma reparação de um buraco na via pública e que, como muitos outros, são reparados. Não consegue explicar em concreto qual é que era a largura em centímetros, qual é que era o diâmetro em centímetros, qual foi a quantidade de massa e em que dia é que correu. Isso não conseguia responder, mas todas as obras são obras de intervenção na via pública para pequenas reparações.-----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, de seguida, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** fez notar que faltava explicar uma coisa relativamente às informações da divisão financeira para pagamento alguns protocolos, havendo uma instituição que ficou de fora e gostava de saber se houve algum motivo ou se foi um lapso ou se foi uma falta de informação.-----

-----Retomou o uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** dizendo que lhe parecia um lapso, mas teria que verificar.-----

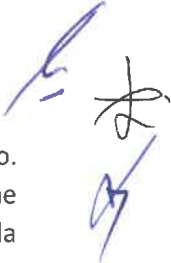
2º Ponto – Apreciação do inventário dos bens do Município de Lagoa à data de 31/12/2022, prevista na al.l) do nº 2 do artº 25 do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e, não se tendo verificado qualquer intervenção, avançou-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----


3º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2022;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação do ponto.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou por dizer que, nos termos da lei e depois de devidamente aprovadas na Câmara, estavam a apresentar para apreciação as Contas relativas ao ano de 2022, um ano difícil por todas as razões que são conhecidas, um ano de guerra na Europa, com todas as consequências que isso trouxe para a Europa, para o mundo e, naturalmente, também para a região do Algarve e para o concelho de Lagoa. É por isso mesmo que foi necessário adaptarem também a estratégia e as políticas a essa realidade, sem perder de vista aquilo que são as prioridades do Executivo, sempre com as pessoas e as suas necessidades em primeiro plano e sempre com a preocupação de continuarem a fazer bem aquilo que já fazem bem, com um grande enfoque no cuidar do espaço público, na intervenção que assumiram como bandeira para o presente mandato, que é a questão da água e a questão da habitação. E, naturalmente, aproveitando também todas as oportunidades que tiveram para dar continuidade e executar aquilo que é o Plano do Executivo. O ano de 2022 foi um ano em que, em termos de receita, teve essa particularidade de ter registado um aumento de cerca de 38, quase 40%, na receita do IMT. É, de facto, um valor considerável, não foi um caso único o concelho de Lagoa, pois houve uma tendência generalizada naquela matéria, sobretudo nos concelhos das zonas litorais e nos mais atrativos. Lagoa é, de facto, um concelho atrativo, ficam muito felizes por isso, e é também para



isso que trabalham todos os dias, para promover, para enaltecer as qualidades do concelho. Obviamente que, há quem ache que é melhor empobrecer essa imagem e achincalhar o nome de Lagoa, ao passo que o Executivo acredita que isso jamais poderá ser feito, nem em nome da política político-partidária isso deve ser feito, pelo que trabalham todos os dias para que Lagoa possa ver o seu nome reconhecido do ponto de vista nacional e internacional, porque vivem, essencialmente, numa atividade que é o turismo e a economia local depende 90 a 95% da mesma. Obviamente, com esse trabalho que fazem todos, empresas, autarquia, instituições, a verdade é que o concelho de Lagoa é um concelho muito atrativo e só assim se justifica que haja tanta vontade por parte do comprador em adquirir, a preços que estão acima do valor, e isso era público também, era conhecido o facto de estarem no ranking dos 10 municípios com os imóveis que são vendidos a preços mais altos e isso, naturalmente, resulta numa receita que é o IMT, o Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas, que é, de facto, uma das principais receitas e que, em 2022, teve esse valor extraordinário. Também é o ano em que atingiram o maior valor do orçamento de que há memória no concelho de Lagoa e, sobretudo, muito em função daquilo que foi a descentralização de competências e passaram a ter verbas transferidas diretamente do Estado que anteriormente não existiam e que se cifraram, no ano 2022, em cerca dos 2,5 milhões de euros, na sua maioria para pagar os salários dos mais de 150 trabalhadores que passaram, a partir do dia 01/04/2022, a integrar os quadros de autarquia. Também nessa matéria, disse que a integração dessas competências na autarquia, sobretudo aquelas que esperavam um maior impacto, nomeadamente a Saúde e a Educação e também a Ação Social, tendo em conta que em abril também aceitaram as competências da Ação Social, e que há muitos municípios que ainda não aceitaram, e o balanço que fazem é claramente positivo. Agora seguir-se-á aquilo que assumiu naquela Assembleia e que se trata de apurar qual foi o custo, em 2022, e qual é que será depois em 2023, o custo dessa descentralização de competências para o município e, em consequência disso, para os lagoenses. Estão a apurar esse valor, têm essa faculdade de o fazer, uma vez que têm desde há muito tempo à contabilidade de custos implementada na autarquia e, portanto, irá permitir aferir esses valores. Irão fazê-lo e partilhá-lo, para se perceber, efetivamente, o que é que isso custou do ponto de vista financeiro, porque do ponto de vista do benefício para os lagoenses, não tinha dúvidas nenhuma de que, atualmente, é muito mais fácil estar com os serviços mais perto das pessoas. Conseguem ter, obviamente, uma eficácia e uma eficiência maior, até porque, e também disse ali, que se tivesse o condão de adivinhar que o Centro de Saúde Lagoa, que desde a sua inauguração, já há uns anos valentes, nunca viu uma trincha, quanto mais um balde de tinta, teria uma reivindicação e teria que ser logo pintado assim que passasse para a competência da Câmara, e o mesmo se passou com a Extensão de Saúde do Parchal, também teve esse dom de adivinhar que seria logo uma reivindicação mal passasse para a competência da Câmara. Era é verdade e ainda bem que assim é e, nesse ponto, a descentralização de competências é boa, porque agora, quando tiverem a tal tampa da sanita, quando estiver partida na escola, encontra-se o Presidente da Câmara e a senhora Vereadora, pela rua, no supermercado, a pôr o totoloto, a beber um café e, portanto, a esse nível não tem dúvidas nenhuma de que há uma maior proximidade e os cidadãos ficam a ganhar, seja qual for a competência. Em termos da competência que, curiosamente, tem dado mais dificuldade e que tem sido o maior desafio, provavelmente não é extensível a todos os municípios, mas para Lagoa e face às suas características, é a questão da gestão das praias e a questão da gestão das marítimo-turísticas, ou seja, no litoral. Há, de facto, complexidade do trabalho e a quantidade de trabalho que é preciso perceber que passaram as competências, mas não passaram os meios humanos e, portanto, tiveram que o fazer com recurso àquilo que tinham instalado na autarquia e procurando agora, obviamente, correr atrás do prejuízo e corrigir, nomeadamente com a contratação de mais juristas e mais técnicos que possam ajudá-los nessa matéria. Continua a ser



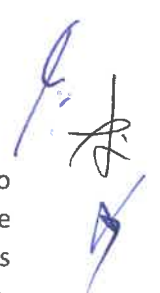
a competência que lhes dá mais trabalho porque, de facto, um concelho com as suas características, é muita a quantidade de trabalho e, para além disso, não tinham o know-how, o acompanhamento dessas matérias não foi o mais útil. Mas, enfim, estão a adaptar-se e acreditam que, em 2023, já será muito melhor. No final do ano, tiveram aquele resultado que consideram um resultado extraordinário, tendo em conta que apresentaram um EBITA, ou seja, um resultado antes de impostos e de amortizações, na ordem dos 12 milhões de euros e um resultado líquido do exercício na ordem dos 3 700 000,00 € o que, face a todas as circunstâncias, é um resultado do ponto de vista financeiro muito bom. Terminou dizendo estar, naturalmente, disponível para todas as questões que entendessem colocar e que fossem necessárias.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo disse que o senhor Presidente da Câmara referiu, no quadro da transferência de competências, o volume financeiro que foi feito e falou no número de pessoal que foi transferido e pediu, assim, que fossem partilhados aqueles dados, comparativamente ao estado atual e àquilo que será a previsão da evolução. Naturalmente, terá alguém a trabalhar nisso, supôs, pelo que deixou o pedido, para que ficasse registado, de que esses elementos fossem facultados à Assembleia Municipal. E com especial enfoque relativamente ao pessoal, dado que há previsibilidade de progressões, de atualizações, etc., e não sabia como era o envelope financeiro mas, segundo o que conseguiu apurar, manter-se-ia, mas não sabia. Apelou, assim, que lhes fosse facultado e que não se esqueça relativamente a essa matéria.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----


-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita declarando pretender fazer uma intervenção mais genérica, um pouco na linha também daquilo que costuma fazer naquele Ponto da Ordem do Dia, e deixou logo muito claro que o voto que o PSD tem tido, e que vai manter, no aspeto das Contas não é quanto à feitura técnica das contas, pois não lhes merecia dúvida nenhuma e, daí, apresentarem um voto político, pois acham que as Contas mereciam outro tipo de execução municipal. Isto porque, tal como já disseram uma série de vezes, se os números que o senhor Presidente da Câmara apresentou fossem de uma empresa comercial, estariam todos a aplaudir e a dizer que, obviamente, quem tem aquele volume de resultado está no bom caminho. Acontece que uma entidade público-administrativa, como é o município, o dinheiro que tem é o dinheiro que tira da economia, é o dinheiro que vai buscar e, portanto, só tem legitimidade se esse dinheiro for devolvido à economia, só tem sentido se ele for para ser gasto em benefício daqueles que pagaram os impostos, que contribuíram com as taxas e que, de alguma forma, fizeram com que o volume fosse aquele. Significa isso que o município não tem que fazer só obras, nem sequer tem que fazer obras, tem que fazer as obras que fazem falta, tem que assumir as políticas que sejam necessárias e tem que tomar as ações que concretizem aquilo que o senhor Presidente da Câmara diz que, como definição de princípio, é obviamente aquilo que deve ser o fim do município, que é implementar o bem-estar e a qualidade de vida dos lagoenses, apoiar sobretudo as pequenas empresas do âmbito do turismo que ali operam e contribuir para, com isso, se conseguir gerar riqueza social e depois aproveitar as receitas e gastar em cultura, em desporto, em ação social, em mobilidade, em transportes, naquilo que, de facto, concretiza essa qualidade de vida e esse bem-estar. E aquilo que têm constatado, e não era novidade nenhuma, pois já o disse ali várias vezes é que, mesmo fazendo



uma revisão orçamental, e de alguma forma, como também na altura o disse, já aproveitando essa revisão para retirar e para prorrogar uma série de obras, de maneira a que não resultasse nem redundasse em inexecução, a verdade é que assistem a obras a entrarem e a saírem dos orçamentos, o que não indicia que seja uma prioridade ou sequer que o caminho esteja definido. Veem a definição, de facto, de políticas e de bandeiras, mas não veem, podendo ser falha sua, não vê a concretização desse apoio ao empresário, porque não basta dizer, é preciso ir para o terreno e fazer, o estacionamento dos empresários das zonas turísticas, provavelmente, se lhes for perguntado, para eles, o estacionamento é uma prioridade, pois onde não se consegue ir e deixar o carro não se vai e, portanto, tem que se pensar, tem que se implementar, tem que se executar e isso não veem. Assinalou, por outro lado, que o senhor Presidente até foi pior do que ele próprio, ao afirmar que, de facto, teve uma grande receita devido ao aumento do IMT que se deve à atratividade natural de Lagoa. Pensa que deve, de facto, a essa atratividade natural, mas também a uma política que o município segue há muitos anos de salvaguarda da paisagem, de garantia e criação de condições para que o turista se sinta ali bem. Não obstante, e como várias vezes ali também mencionaram, o turista também é sensível à falta de qualidade das vias que têm em locais turísticos, que não é só porque são turísticos que têm que ser boas, porque para os residentes também têm que ser, mas olhando para as vias do concelho, não são vias de primeira água, novas, em bom estado, não, estão cheias de buracos e aos saltos e desafiou a que se colocassem numa bicicleta igual à sua e tentassem descer até ao Poço Partido e veriam quantos saltos vão dar de seguida. Era, pois, uma medida que não se pode postergar, não se pode dizer que é bandeira e depois não fazer. Percebia também que nem tudo é possível fazer, muita coisa não é possível fazer, ainda que haja vontade porque há condicionantes. O ano de 2022 foi um ano complicado, mas foi um ano onde a Câmara teve, de facto, muito dinheiro e, portanto, tinha a obrigação de ter feito o que fez e acha que tinha obrigação de fazer mais. Pensa que se pode dizer que é difícil, e acha que a Câmara fez uma coisa mal, e o problema é que não julga que isso seja um elogio, porque quando se faz pouco, é difícil fazer mal e preferia ver um erro ou outro, não do tipo de alguns que foram feitos, porque esses custaram um bocado e ainda custam a ver, mas era preciso ou cobrar menos, ou verdadeiramente pôr os saldos que a Câmara e que o município tem, ao serviço dos lagoenses, porque para chegarem ao final e dizer que se está com uma saúde financeira espetacular porque têm mais de 20 milhões, não é para isso que existem, não é para isso que foram eleitos. Consequentemente, enquanto for assim, votarão contra as Contas, não porque estejam mal feitas, mas porque acham que as Contas deviam ter um resultado diferente de gasto, de execução, de outras obras que têm vindo a dizer quais pensam ser essas obras. O senhor Presidente disse, e bem, que a água, o saneamento tem que ser uma prioridade, mas tem que ser uma prioridade imediata e não uma bandeira para ir fazendo. Como tal, o PSD Lagoa votaria contra aquele Ponto, e uma vez que já estava explanada a posição e não haverá coisas muito diferentes a dizer da posição expressa pelo Vereador do PSD na Câmara Municipal, davam como declaração de voto, a declaração de voto apresentada pelo Vereador do PSD na Câmara Municipal.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referiu ter algumas dúvidas, nomeadamente, nos valores que são apresentados na página 63 relativamente ao prolongamento do horário escolar, componente de apoio à família, no valor de 313 223,00 € e no prolongamento do horário escolar, atividades de animação e de apoio à família. Não era uma dúvida, porque já tinha falado anteriormente, a falta de relatórios de

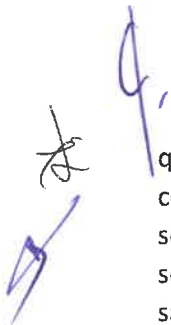


acompanhamento dessas atividades, tendo em conta os montantes que ali constavam, suscitava-lhe a necessidade de avaliar a justificação ou não dos valores gastos daqueles montantes e, portanto, são dúvidas por falta de informação sobre qual é o resultado prático daquelas atividades. Quis destacar haver um crescimento das receitas correntes na ordem dos 4 456 000,00 €, que só no IMT, 7 282 000,00 € EUR, no entanto, as receitas de capital há um decréscimo de 789 000, 00 € e não sabia qual ser o motivo. Verifica-se que o aumento da receita global do município é de 2 356 000,00 €, no entanto, só o acréscimo com o pessoal foi 2 587 000, 00€, por força daquilo que o senhor Presidente já introduziu. Isso queria dizer, em grosso modo, que o valor do aumento global das receitas é absorvido claramente pelo aumento da despesa com o pessoal, derivado à delegação de competências do poder central para o município. A avaliação política, não tinha dúvidas, porque a proximidade das políticas é sempre vantajosa para os munícipes, mas analisando globalmente, as transferências de competências do poder central para os municípios como foi feito, a avaliação não só política, mas também económica, veriam mais tarde, mas nunca viu com bons olhos a benevolência do poder central e não sabe se os munícipes, e os municípios globalmente, não sabe se ficarão ou não beneficiários. É uma avaliação só à posteriori é que poderá ser feita. Nunca viu com bons olhos e costuma dizer-se que de Espanha nem bons ventos nem bons casamentos, e pensa que do poder central também nunca costuma vir bons ventos nem bons casamentos com os municípios. Verificaram que a receita arrecadada no período 2021-22 aumentou em 14 400 000,00 €, enquanto que a despesa em 10 700 000,00 €. Isto é, arrecadaram mais do que aquilo que gastaram, o que levanta um problema de execução, efetivamente, das políticas públicas no concelho. O que se pode ver do relatório é que há rubricas que são razoavelmente bem executadas e não podiam ser de outra forma, e falava da transferência para as Juntas de Freguesia, 100%, do pagamento à Segurança Social, pois não havia outro remédio, nas operações de dívida, na Proteção Civil e em mercados e feiras, que são sete e mais ou menos na área de cultura, a execução do que estava previsto, são operações que atingiram números razoáveis. Números que ficaram muito aquém do que seria necessário: na habitação, na execução, no saneamento, na ação social, abastecimento de água e algumas outras rubricas. Ora, tendo em conta que o investimento em cada munícipe foi de 307,52 €, existindo uma receita anual que aumenta 23% e uma despesa apenas de 12%, significa que havia ali um campo ainda lato para que o investimento fosse mais efetivo, mais realizável e que, nesse caso, os munícipes tivessem um investimento maior durante 2022, o que não aconteceu. Logo, o investimento por munícipe podia ter tido maior impacto. A eficácia das políticas públicas mede-se pela capacidade de execução do seu orçamento global e, efetivamente, não atingiram as propostas que foram apresentadas nas Grandes Opções do Plano. A despesa executada, enquanto que a receita cobrada foi de 106%, a despesa executada foi de 76%, portanto, houve uma falha na execução das políticas públicas. Pode ter justificação, mas há uma falha, há uma lacuna e continua a dizer em todas as Assembleias, é preciso explicar porque é que há esse défice efetivo na execução das políticas públicas, pois há um défice claro. Se se projeta, se se prepara para gastar aqueles valores e depois não se consegue, tem que haver uma explicação muito razoável, e não podem todos anos estar naquele tipo de, não chamaria de retrocesso, mas a marcar passo em algumas áreas. Por último, falou em algo que considerava preocupante e que era a política de habitação. O concelho de Lagoa nos anos 80 e 90, foi um exemplo que semeou inveja em muitos sítios pela execução das políticas públicas no seu concelho, fossem elas resultantes das parcerias que existiram, escritas ou não, mas existiram na prática, entre o município e os agentes sociais. O município de Lagoa teve um boom de crescimento e de atração de populações muito grandes entre os anos 80 e 90 e conseguiu tornar-se num município em que as populações jovens tinham uma predominância imensa no território do município e que apresentava um índice de juventude bastante grande. A partir do ano 2000,

há um retrocesso claro nas políticas públicas de habitação no concelho e isso tem consequências até no envelhecimento da população. Na década de 80 e 90, conseguiam atrair muitos estratos da classe média para o concelho, que valorizaram os estados sociais e a componente social do concelho, conseguiam responder à precariedade das habitações para os mais desfavorecidos e, a partir dessa data, pararam por completo, sendo que, atualmente, estão com uma dificuldade em atrair novos estratos para o território, estão com dificuldade em responder àqueles que lá vivem e estão a envelhecer a uma velocidade muito grande. Portanto, sem uma política pública de habitação no concelho completamente inovadora e nova, porque ela não existe, irão pagar um pouco caro isso no futuro, pois aquilo que foi o grande trunfo na década de 80 e 90, acabou. E, atualmente, essas gerações que foram até lá, agora são as pessoas da terceira idade e a atração aos jovens não estão a conseguir obter. Assim, apelou a que houvesse muita atenção à política de habitação e naquilo que se irá fazer no futuro, porque dali resultará ou não a melhoria do espaço territorial do concelho.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, uma vez que aproximavam da hora do encerramento dos trabalhos e ainda se encontravam na discussão do Ponto e que ainda teria de ser votado, para além das intervenções que, eventualmente, se seguiriam, a Mesa propôs, ao abrigo do art. 26.º, n.º 2, I Parte, do Regimento, que os trabalhos daquela sessão da Assembleia fossem prorrogados por mais uma hora. Não se tendo verificado oposição, considerou-se aprovada a proposta e prosseguiu-se os trabalhos, apelando-se ao espírito de síntese das intervenções, sendo certo que aquele era um Ponto da maior relevância. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos cumprimentou os presentes e declarou que iria resumir a sua intervenção porque quase tudo tinha sido dito, não só pela apresentação do senhor Presidente da Câmara, como também nas intervenções seguintes, em que foi falado sobre aquilo que consta nos documentos, quer a nível de números, quer a nível de decisões políticas, sendo que, como era natural, iriam votar favoravelmente porque concordam com a política que a Câmara utiliza na execução dos seus orçamentos. De seguida, leu a declaração de voto por ter o conteúdo necessário para se perceber qual era a tendência do seu Grupo Municipal e que, a seguir, se transcreve: «Os documentos de Prestação de Contas do exercício de 2022 que, nos termos da lei, a Câmara Municipal de Lagoa nos trás para apreciação, demonstra mais uma vez a coerência e a boa gestão que tem caracterizado o trabalho do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lagoa. Verifica-se com agrado que as contas referentes ao exercício económico de 2022, para além da demonstração de uma recuperação económica, se pautam mais uma vez pelo rigor, transparência e seriedade, permitindo ao município de Lagoa continuar a apresentar as finanças municipais equilibradas e sustentáveis, a médio e a longo prazo. Estamos perante um resultado líquido positivo do exercício, apresentando o valor de mais de 3,7 milhões de euros, onde se salienta o aumento da receita e da despesa em relação ao ano anterior. Não podemos deixar de considerar como condicionantes importantes ao desenvolvimento da ação da Câmara, a inflação e a escassez de matérias-primas que, de certo modo, influenciaram fortemente o ano de 2022. Estes resultados refletem a gestão rigorosa que se faz do dinheiro público, investindo nas pessoas e no território, o rigor com a exatidão das contas, com a transparência e com a seriedade dos processos, o que permite continuar a apresentar as finanças equilibradas e sustentáveis e, ao mesmo tempo, com trabalho e obra feita, sendo exemplo disso o forte investimento feito em áreas profissionais como educação e desporto, no valor aproximadamente 7 milhões de euros, onde são as pessoas o objetivo principal dessa aposta. Numa altura da vida de todos nós, em

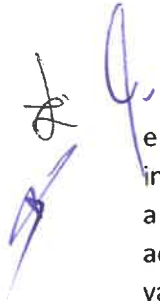


que ainda se sentem os reflexos da pandemia com todas as suas atrocidades que nos condicionaram, e às nossas famílias, essencialmente na área dos cuidados de saúde, refletindo-se de uma forma muito negativa na economia. Nesses e noutros momentos, o município soube sempre estar perto dos mais desfavorecidos, daqueles que mais sofreram com esta crise, onde salientamos a tomada de medidas que, asseguram o apoio à população, às IPSS, às coletividades, às pequenas e médias empresas, garantindo o desenvolvimento de Lagoa e o bem-estar dos lagoenses, trabalhando a Câmara para continuar a promover o concelho e atrair investimento, riqueza, confiança e segurança para quem nos visita, implementar a dinâmica alcançada nos anos anteriores à pandemia. Numa análise global dos resultados, verifica-se uma execução orçamental de receita na ordem dos 106%, motivado pelo aumento do IMT, com aumento relativo ao ano anterior na ordem dos 11% e também dos 22,3 milhões de euros que decorre da transferência de competências. O município assumiu, em 2022, a responsabilidade do pagamento a mais de 150 funcionários, também resultado da transferência de competências nas áreas da educação e da saúde. Associações e famílias beneficiaram das transferências da autarquia de cerca de 4,5 milhões de euros, assim como as IPSS e freguesias, no valor de mais de 1 milhão de euros. Importa salientar o investimento efetuado na substituição do piso de atletismo da Bela vista, apesar de críticas irresponsáveis e sem qualquer fundamento e que está, neste momento, em condições de receber comitivas estrangeiras para estágios de preparação para as suas competições. Vimos que a Câmara continuou a trabalhar para tornar o concelho de Lagoa um lugar cada vez melhor para se viver, trabalhar, estudar ou visitar, com um forte investimento em áreas como desporto, a ação social, a juventude e a educação aliada, a uma gestão financeira criteriosa, com a imposição do compromisso de não deixar nenhum lagoense para trás. Nos termos legais, verificamos que os documentos de demonstrações financeiras apresentados e o relatório de gestão, estão de acordo com o novo regime de sistema de normalização contabilística. Salientamos ainda que os limites legais da dívida da Câmara de Lagoa estão muito longe de ser atingidos, sendo que o valor ronda neste momento os 8%. Neste sentido, e pelo que foi dito, o Grupo Municipal do PS quer deixar aqui bem patente nesta Assembleia o seu regozijo e satisfação pela situação financeira, pelo trabalho e pela obra desenvolvida pela Câmara. O Partido Socialista não pode, de forma alguma, ao contrário de posições e pensamentos de outros, estar preocupado com os seus adversários políticos. O compromisso no combate político é debater ideias e projetos, porque, na realidade a nossa preocupação não são os partidos, mas sim as pessoas. Aliás, como sempre foi nosso timbre, um pensamento democrático e plural. Hoje realizam-se obras e intervenções que durante anos e anos foram adiadas. Vá-se lá saber porquê. Perante isto, o Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo observado mais inscrições, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou por responder à questão, porque a verdadeira questão mais pormenorizada foi a colocada pelo senhor Deputado Municipal José Inácio relativamente à questão do envelope financeiro, dizendo que aquele tinha toda a razão, o envelope financeiro era o inicial, e já na educação sofreu alguns ajustes por força da ação e do trabalho da direção da ANMP e com a particularidade de que, à medida que se vai evoluindo na matéria, recebem todos aqueles que já acordaram as transferências e os outros que ainda estão a negociar. Na ação social esses valores também já foram revistos em alta e também na saúde. São boas notícias. As más notícias é que na educação, à medida que os funcionários se vão reformando,

se vão aposentando, e são bastantes, e têm o caso de uma funcionária que se aposentou, passou para a Câmara no dia 01/04/2022 e reformou-se no dia 7 de abril do mesmo ano, trabalhando sete dias na Câmara. Mas à medida que se vão aposentando e têm, obviamente, o direito a isso, têm que ser substituídos e, por cada substituição, abate cada vez no envelope, havendo uma altura, dali a uns anos em que o envelope financeiro será zero e todos os custos com os funcionários serão da autarquia. Já haviam identificado essa questão logo no início e, por isso, resistiram até onde foi possível resistir, até ao dia 01/04/2022 pelo que, sobre essa matéria, ninguém tinha dúvidas e deixou o compromisso de tornar público e partilhar com a Assembleia as contas que estão a fazer sobre essa matéria e todas as outras. De uma forma mais generalizada, começou por se referir à intervenção do senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita, afirmando que já sabia aquilo que ia dizer, e não esperava outra coisa, pois já esteve sentado daquele lado e não esperaria que o senhor Deputado fosse gabar a noiva, que não era a sua. Também já sabia que ia dizer que o ideal, e concordava, estavam inteiramente de acordo, o génio da gestão autárquica era trazer um resultado de zero. Esse era um verdadeiro génio, mas seria mais fácil acertar no Euromilhões do que trazer ali um resultado de zero, sem ser martelado. Os números são os números e em matéria de probabilidade, seguramente que o seria. Porém, disse que seria bom também que fosse reconhecido de forma mais aberta, porque era verdade, as dificuldades que existem atualmente em realizar despesa, em Lagoa, no Algarve e em todo o país. Os seus colegas vivem exatamente o mesmo problema e fazer oposição é fazerem valer as suas ideias, votar contra, criticar e isso é que era a democracia, esses é que são os verdadeiros valores de Abril e tiveram o 25 de Abril na véspera, quem está na oposição a criticar e dizer que se estivesse do outro lado faria melhor, esse é que é o verdadeiro valor dos valores de Abril. Mas também não ficava mal à oposição reconhecer as evidências das dificuldades que, atualmente, se vive no mundo. As dificuldades com a mão de obra, as dificuldades com os materiais, em que cada vez que se consegue adjudicar uma obra ali ou em qualquer lugar, é uma festa. Cada vez que se consegue iniciar uma obra é outra festa. E concluí-la ainda é outra. Por isso, ficava bem também à oposição admitir que é uma dificuldade enorme e quando chega uma obra ao fim, é de facto, um motivo para fazerem uma festa, porque é mesmo. Partilhou o exemplo do reservatório das Sesmarias, que teve um concurso público, adjudicaram a obra e a primeira coisa que que o empreiteiro disse foi pedir mais 250 000,00 € em cima da obra e ainda nem tinha começado. Esse é o dia a dia e seria bom terem isso sempre presente, porque quem lá está fora sabe que essa é a realidade, porque se a fatura no supermercado aumenta, também aumenta tudo o resto e, portanto, quem ali está tem que lidar com essas dificuldades. E sempre com essa vontade e sempre com esse empenho de fazerem o melhor, pois é sempre nesse sentido que ali estão. E foram muito honestos e muito transparentes naquilo que disseram, quais eram as prioridades, estando elas bem definidas: cuidar do espaço público, investir no desporto, na educação, na ação social, na cultura e, para isso, devolveram à população de Lagoa 13 milhões de euros em 2022. Só com aquelas quatro áreas, 13 milhões de euros que devolveram aos lagoenses, àqueles que pagaram impostos e aquilo que arrecadaram distribuíram dessa forma, procurando criar melhores condições de vida, mais bem-estar, mais felicidade a quem vive naquele território fantástico, lindíssimo por sinal. Esse é o trabalho que vão fazer. Outra das prioridades é a habitação e a água. O Ponto 10 e o Ponto 11 daquela sessão são os procedimentos concursais para a habitação e para a água. O trabalho está feito, mas se irão fazê-lo já é uma incógnita e vai depender de muita coisa. Procuraram lançar os procedimentos, medir com rigor, aplicar-lhe um coeficiente, já tendo em conta aquilo que são as alterações de preços que se vão verificando no sentido de que, com a transparência e com a concorrência, estimulando a concorrência, se possa adjudicar a obra pelo melhor preço possível. Se isso vai ser possível, vão ter que aguardar, o mercado atual é assim, lançam os procedimentos



e não sabem se eles vão ficar. Os campos de pádel foi à terceira. Portanto, não sabem, é uma incógnita e é sobre isso que trabalham. Para terminar, a questão da habitação e, tendo percebido a intervenção do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, não podia estar mais de acordo. Aliás, não era só ele que o diz, porque a intervenção da senhora Ministra da Habitação vai também nesse sentido, que há um reconhecimento de que no passado houve organizações, instituições no país que deram um contributo enorme para que se fizesse habitação no país e, portanto, isso agora está nas mãos do Governo, não cabe à Câmara. Estão, obviamente, interessados e empenhados em construir mais habitação, quer nos terrenos que adquiriram para o efeito, quer também nas habitações em que vão exercendo o direito de preferência e que vão também procurar recuperá-las, avaliá-las, aprovar os projetos necessários, construir e colocá-las no mercado da habitação social ou nos custos controlados, conforme for o caso.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou-se à votação dos documentos de Prestação de Contas relativo ao ano financeiro de 2022, que foram aprovados com quatorze (14) votos a favor do Partido Socialista, quatro (4) votos contra, três (3) do PSD e um (1) do Chega, e seis (6) abstenções, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU e uma do Presidente da Junta de Freguesia de Porches do Grupo Municipal do Partido Socialista. A declaração de voto do PSD na Câmara foi dada por reproduzida, tendo sido naquele dia rececionada nos serviços da Assembleia Municipal e distribuída aos senhores Deputados Municipais.-----

4º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de Aplicação de Resultados relativo ao exercício de 2022;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, após confirmar que o senhor Presidente da Câmara prescindia da apresentação do Ponto, abriu o período de inscrições e, na ausência das mesmas, procedeu à votação da proposta que foi aprovada com quinze (15) votos do Partido Socialista, três (3) votos do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) votos do PSD, um (1) voto do Bloco de Esquerda e duas (2) abstenções, uma (1) da CDU e uma (1) do Chega.-----

5º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das habilitações literárias, das atribuições, competências e vencimento bem como a designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 4.ª Grau – Unidade Orgânica Litoral e Orla Costeira, previsto no n.º 3 do art.º 4.º e n.º 1 do art.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;-

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmada a ausência de intervenções, avançou com o processo de votação, sendo que a proposta foi aprovada com vinte e três (23) votos a favor, quinze (15) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD e um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU e uma (1) abstenção do Chega.-----

6º Ponto - **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para empreitada de requalificação das antigas instalações desportivas dos Amigos de Lagoa, no valor global de 381.867,86 €, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 190.933,93 € no ano de 2023 e 190.933,93 no ano de 2024;**-----

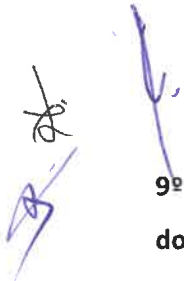
-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, dada a não observância de intervenções, procedeu à votação do Ponto, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

7º Ponto - **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de Aquisição de bens – Fornecimento de materiais diversos e mão de obra operacional, no valor global 550.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%, sendo de 126.416,62 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23 %, no ano de 2023, 225.500,04 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23 %, no ano de 2024, 225.500,04 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23 %, no ano de 2025 e 99.083,30 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23 %, no ano de 2026;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmada a ausência de intervenções, avançou com o processo de votação, sendo que a proposta foi aprovada com vinte e dois (22) votos a favor, quinze (15) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e duas (2) abstenções, uma (1) da CDU e uma (1) do Chega.-----

8º Ponto - **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de aquisição de serviços para disponibilização de solução de gestão e aquisição de equipamentos para a implementação da descentralização das competências da Educação – plataforma de gestão escolar integrada - trabalhos complementares, no valor global de 35.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%, sendo de 11.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%, no ano de 2023, 12.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%, no ano de 2024 e 12.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%, no ano de 2025;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, dada a não observância de intervenções, procedeu à votação do Ponto, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----



9º Ponto - **Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada – construção de 7 fogos, destinados à Habitação Social, na Rua Sebastião Trindade Pinto 9, 11 e 13 em Lagoa e construção de 36 fogos destinados à Habitação Social, no Bairro Municipal de Porches, blocos 9 a/B, 9 C/10a e 10 B/C, no valor global de 5.073.988,18 €, acrescido de IVA à taxa legal de em vigor de 6%, execução por lotes, sendo o lote 1 no valor de 87.674,61 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023, 526.047,72 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024, 175.349,27 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2025; sendo o lote 2 no valor de 127.482,11 € com IVA à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023, 764.892,65 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024 e 637.410,54 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2025; sendo o lote 3 no valor de 127.482,11 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023, 764.892,65 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024 e 637.410,54 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2025; sendo o lote 4 no valor de 127.482,10 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023, 764.892,63 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024 e 637.410,54 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2025;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** explicou que falaria primeiro em nome da bancada do PSD e depois em nome do Joaquim Cabrita. Assim, em nome da bancada do PSD, disse que, obviamente, o voto seria favorável, porque trata-se do pacote como um todo e não deixariam de votar favoravelmente aquilo que é, obviamente, uma necessidade. No entanto, é conhecida a posição do PSD em relação à questão de Porches e do bairro e, obviamente, não entende o PSD que seja a melhor opção e a opção a mais consentânea com aquilo que é, atualmente, a necessidade de criar habitação. Dariam por reproduzido também naquele caso a declaração de voto já apresentada pelo Vereador do PSD na Câmara Municipal porque inclui, sem dúvida, os sete apartamentos em Lagoa que merecem a aprovação e não é pelo facto de acharem que deveria de haver outro destino para aquele imóvel de Porches que iriam votar contra. Seguidamente, assinalou que o Joaquim Cabrita tinha que fazer uma declaração de voto pessoal e que era a de não achar necessariamente que seja má a opção de Porches, tendo em conta as circunstâncias e que se trata de aproveitar fundos que estão disponíveis, mas pensava que a Câmara tinha que ter um cuidado tremendo com a gestão e com a atribuição, a colocação e a vivência que se vai criar. Porque os guetos não se fazem sozinhos, os guetos fazem-se porque as pessoas os fazem deles e, obviamente, tem que haver um saber fazer, um cuidado em, naturalmente, cumprir o fim e alojar quem precisa, mas fazer por forma


a que não se criem ostracizações de quem lá vive e que não se criem condições para fechar aquele núcleo sobre si, mas bem antes pelo contrário, para abri-lo. É evidente que Porches precisa de uma zona de espaço urbano de desfrute como precisa, porque é a única freguesia que não tem, de um polidesportivo coberto, porque não é parente pobre, porque está na ponta. E, portanto, a opção que o município tem de fazer aquela construção de habitação social naquele espaço não o desobriga, bem antes pelo contrário, de fazer e requalificar aquela zona e ter um particular cuidado na atribuição. Aquela era posição pessoal, às vezes tem posições em que deve ser o único que acha, mas também tem esse direito. Acha, no entanto, que quando há uma oportunidade e quando a alternativa não existe, fica facilitado o caminho. Este, porém, não pode ser o mais fácil, às vezes é preciso trilhá-lo com a dificuldade que ele impõe. E depois de concluída a obra é que verdadeiramente começará o problema. Aquela era uma declaração pessoal que faz questão que conste sendo certo que, obviamente, como se trata de votar a favor, votará igualmente da mesma forma que o partido, mas tinha que assumir aquela posição pessoal.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo ser do conhecimento geral a posição inicial que tiveram sobre a construção daqueles fogos e mantêm a mesma posição. Consideram que continua a não ser a melhor opção e, evidentemente, devia ser apresentada outra, pois limita-os na escolha. Mas não era uma boa opção urbana, não era aquela a melhor solução e, portanto, consideram que é necessário habitação, mas aquela não é uma boa opção. E, portanto, verão no futuro quem é que teria razão relativamente às opções e isso só está a acontecer porque, efetivamente, descuidaram o problema da habitação no concelho durante muitos anos e não têm outra solução de recurso senão aquela.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** declarando que a sua intervenção iria muito ao encontro da intervenção do senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Entendem que há necessidade de encontrar uma solução para a escassez de habitação no concelho. Contudo, era bom alertar que a concentração de habitação social num só local, já provido dessa natureza, pode conseqüentemente, vir no futuro a desencadear problemas de âmbito social maior. Ao invés disso, se houver uma melhor distribuição, talvez fosse um caminho mais adequado para um desenvolvimento mais harmonioso. É óbvio que sabem que pode haver realmente escassez desse local para ser feita essa atribuição e, por esse mesmo motivo, não podem ignorar que realmente não haja essa solução. Deixou, assim a sugestão para que, no futuro, se realmente vier a existir a novos projetos daquela natureza, que se tenha aquele tipo de atenção para que seja efetivamente tido em consideração, porque ter tudo aglomerado num só único local pode, realmente, vir a desencadear problemas maiores futuros. Obviamente, pode resolver problemas a nível de habitação, mas a nível social pode desencadear uma cadeia de precedentes ainda piores. Dito aquilo, não seria por isso que a bancada da CDU votaria contra, porque efetivamente uma das posições daquele Grupo Municipal é para a criação de habitação e, no concelho de Lagoa, a escassez é certa.-----

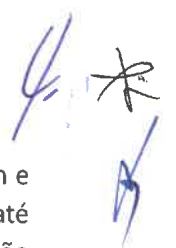


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porches.-----


-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porches, Luís José Soares Bentes cumprimentou os presentes e disse que, apesar de não concordar porque são o maior bairro do concelho, mas tendo em atenção que é por causa dos fundos comunitários, era um pouco obrigado a aceitar. Mas, de qualquer forma, foi falado ali em tempos, nos regulamentos sobre os bairros e, pelos vistos, esses regulamentos ainda não devem estar feitos, porque as habitações do bairro atual de Porches ainda continuam desocupadas, estão completamente abandonados. Inclusive as obras que o senhor Presidente de Câmara atualmente, naquele tempo era candidato, as promessas que ele fez em 2021, quando lá passou que fez um levantamento exaustivo, continuam por realizar. Nada está feito. E era nessa parte que queria falar, fazendo uma chamada de atenção para a monografia de Porches, na altura, que foi do Doutor José Inácio Marques, imprimida nessa altura e que dizia: “Saem da povoação de Porches, dois ramais que se vão meter na estrada do litoral de Vila Real de Santo António para Sagres. Um desses ramais dirige-se para nascente e outro para poente. Cada um tem apenas alguns métodos de extensão. Se a Câmara de Lagoa tomasse interesse pela freguesia, teria já realizado um ramal para as fontes da matosa e outro para a estação da via férrea mais próxima, o poço Barreto, outro para Senhora da Rocha e finalmente outro para Armação de Pêra. A Câmara, porém, despreza por completo aquela freguesia e tanto que obrigando o médico municipal a visitar semanalmente Estômbar e Ferragudo, não impõe igual obrigação a Porches. Por que razão estabeleceu Lagoa uma exceção tão odiosa para a freguesia de Porches?” Não era ele que dizia, mas a monografia de Porches.---

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse que iria responder na ordem das questões que foram colocadas, deixando o senhor Presidente da Junta de Porches para o final. No fundo, estavam todos de acordo relativamente àquela matéria, porque também foi ali sempre assumido pela Câmara, que a questão do PRR e a possibilidade de poderem ir a 100% era uma prova de velocidade, nem sequer era uma prova de fundo. É uma prova de velocidade, é quem lá chegar primeiro. E, portanto, se fossem ainda encetar um processo de identificação do terreno, de aquisição do terreno e depois de elaboração do projeto e depois do lançamento do projeto, seguramente quando chegassem já tinha acabado a prova e já não iam conseguir, obviamente, e, aí sim, ficariam com a responsabilidade de terem perdido aquela oportunidade que não aparece sempre e que durante muito tempo não a tiveram. Estavam a falar de 5 milhões de euros e tudo a correr bem será a 100%. Portanto, será esse o dinheiro que se vai investir, mas esse dinheiro voltará depois às contas do município para investir noutros projetos daquela natureza e, portanto, não poderiam deixar passar aquela oportunidade. O trabalho que o município está a fazer em termos de habitação não se fica por aquele projeto de construção dos fogos no bairro de Porches, que foi adquirido para esse fim, era bom não se esquecerem disso, pois aquele terreno foi adquirido para o fim de construção de habitação social e ficou foi suspenso durante bastantes anos, porque, como aqui já foi dito, houve uma paragem no investimento na habitação mal feito, provavelmente porque, atualmente, têm toda aquela necessidade de criar habitação. Mas o projeto do Executivo vai continuar também para irem para o mercado de arrendamento acessível e também em Porches, no terreno que adquiriam e que estão a trabalhar bem como noutros terrenos que estão a identificar. Era bom não esquecer, era bom não esquecer também



que estão a alterar a UP do Parchal com um objetivo que já tinha sido ali assumido também e que é o de avançarem para a reapreciação da unidade de planeamento da UP1 de Ferragudo até ao Calvário, precisamente porque identificaram que há necessidade de construir mais habitação também naquela área, não é só em Porches que faz falta, faz falta em Porches, porque a população está envelhecida, os Censos demonstram claramente que houve uma perda de população e o mesmo se passou em Ferragudo, onde também não há um crescimento da população e também é preciso intervir, há muitos jovens com necessidades. Estão a trabalhar nessa matéria, mas por isso precisam também dos instrumentos e dos documentos que lhes permitem fazer esse investimento. Portanto, o trabalho está longe de estar terminado e, portanto, vão continuar a fazê-lo. Naquele mesmo dia, aprovaram ali o procedimento para a construção desses 43 fogos. Era bom não esquecer que têm registados na autarquia quase uma centena de famílias e, portanto, terão que ser atualizados, obviamente, esses números, mas eles vão continuar a fazer falta e vão continuar a trabalhar nessa matéria. Da mesma maneira, pronto, e lá ficou o tiro ao lado do senhor Presidente da Junta, pois também tiveram a preocupação de, indo ao encontro daquilo que foi dito pelo senhor Deputado Joaquim Cabrita, a questão dos regulamentos é muito importante e, por isso, na semana anterior, aprovaram a abertura do procedimento para o novo regulamento da habitação social. Tiveram essa preocupação de o fazer, já por forma a que as próximas atribuições sejam feitas, não com um regulamento que já tinham e que já estava obsoleto, mas à luz das novas exigências e das novas realidades que também têm no concelho. Irá entrar em consulta pública e todos os contributos serão, obviamente, bem-vindos para se alterar essa questão. E depois o trabalho da habitação não fica só, o trabalho que se propõem fazer e a estratégia local de habitação, não se fica só na aquisição de terreno e de apresentação de projetos para construir habitação nova, pois era bom não esquecer que a grande fatia da estratégia do Executivo está na reabilitação das habitações existentes, de todas aquelas que têm identificadas, que não estão em condições e que precisam de ser, e que foi importante o trabalho que se fez, foi muito importante o trabalho que se fez de identificação (que ainda não está concluído) de fração a fração, o que cada uma delas necessita, quer as que estão ocupadas, quer as que estão devolutas e, por isso, é que não vão entregar habitações devolutas. Irão fazê-lo já à luz do novo regulamento e já quando elas estiverem devidamente requalificadas. Têm a possibilidade também de ir ao PRR e terem a possibilidade de poderem também ir buscar essas verbas a 100% e, obviamente, que não irão perder essa oportunidade. Terminou dizendo que, finalmente, há alguém que olha para Porches, porque os últimos investimentos que têm feito na freguesia de Porches têm sido consideráveis e vão contrariar a monografia de Porches, não sabia se era o doutor José Inácio que fez aquelas afirmações, não percebeu muito bem se aquilo eram informações do doutor. Agora, finalmente, aparece alguém que contraria essa tendência, se é que ela alguma vez existiu, e que está a investir em Porches. Só nos primeiros quatro meses são as zonas ZMS, começaram por Porches, um investimento de 600 000,00 €, também no âmbito do PRR, 600 000, 00 € investidos em Porches. Depois acabaram de asfaltar cerca de 17 caminhos rurais, dos 17 caminhos rurais, 11 foram em Porches. Estão a substituir as luminárias por todo o concelho por energia LED e estão, curiosamente, em Porches. Finalmente, haja alguém que olha para aquela freguesia e que merece, obviamente, e que merece sem dúvida nenhuma, e vão continuar esse trabalho. O Executivo olha para o concelho no seu todo e não tem nenhum complexo de inferioridade e nunca tiveram esse tipo, se é mais à direita, mais à esquerda, se é mais para a frente, se é mais para trás. O concelho é uno, são 88 km de beleza fantástica que é reconhecida por muitos milhões de pessoas e que, portanto, vão continuar a trabalhar.-----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** declarou não querer falar por cima de ninguém, nomeadamente do senhor Presidente da Câmara, que acabou de falar e que, provavelmente, podia ter encerrado aquele debate. Aquilo que queria expressar, rapidamente, era o facto de não compreender porque é que há a noção de que Porches tem que ser realmente um local malfadado. E olhava para o projeto de habitação pela Câmara Municipal, pelo Executivo, como um grande desafio que honra, no fundo, a multiculturalidade, a coesão, a inclusão e, de facto, não poderia estar mais de acordo com o Doutor Joaquim Cabrita, quando ele também alude que devem ser criadas outras condições, devem ser, essas populações, nomeadamente, dos bairros que vão ser criados, devem ser apoiados de uma maneira diferente. E, de facto, acha que há um grande desafio para todos e não percebia porque é que é ali levantada a questão dos problemas sociais que dali possam advir, não compreendia. Na sua opinião, pensa que o projeto é de elogiar e o futuro lhes dirá.---

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Presidente da Freguesia de Porches, Luís José Soares Bentes.-----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Freguesia de Porches, **Luís José Soares Bentes** referiu que, apesar de já não ter muita coisa para dizer, porque, apesar de não concordar, tinha que concordar, mas o senhor Presidente falou em 11 estradas para Porches e, se assim for, o senhor Vereador Rúben tem que devolver quatro ainda porque ainda só teve sete.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, rematou que depois acertariam a contabilidade com juros e avançou com a votação do Nono Ponto da Ordem do Dia, tendo sido aprovada com vinte e um (21) votos a favor, quinze (15) do Partido Socialista, três (3) do Partido Social Democrata, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU e três (3) abstenções do Movimento Lagoa Primeiro.-----

10º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público de empreitada de reformulação e otimização do Sistema Adutor – Fase 1 – Renovação de condutas, no valor global de 3.540.708,52 €, com autoliquidação do IVA, execução por lotes, sendo o lote 1 no valor de 387.028,01 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2023, 387.028,01 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2024; sendo o lote 2 no valor de 668.673,40 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2023, 668.673,39 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2024; sendo o lote 3 no valor de 635.246,98 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2023 e 794.058,73 €, com autoliquidação do IVA, no ano de 2024;-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** declarando que, em coerência com aquilo que têm defendido, ainda bem que vão lançar o concurso, mas esperava que o senhor Presidente e quem o acompanha lhe dedicasse muita atenção a verificar as peças do programa do concurso para evitar aquilo que tem sucedido em outros investimentos, que também têm lançado, infelizmente. Era algo demasiado delicado e tal como o senhor Presidente disse, e muito bem, o Algarve tem um problema muito sério com a água e quanto mais a otimizarem, mas água terão. Apelou, assim, a que dedique muita atenção à elaboração e à verificação de que não há lapsos para que tal não se atrase, pois aquela é das coisas mais problemáticas que o Algarve tem, assim como concelho de Lagoa. Ainda bem, que foi lançado o concurso, mas apelou à atenção do senhor Presidente da Câmara Municipal para aquela matéria.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e avançou com o processo de votação daquele Ponto, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

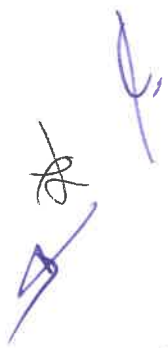
11º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao aditamento ao Protocolo nº27/EDUC/2022 com a Ensinar a Sorrir para o desenvolvimento da componente de apoio à família nos Agrupamentos de Escolas ESPAMOL e Rio Arade, no valor global de 18.395,63 € no ano de 2023.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para uma breve explicação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que aquela proposta resulta do trabalho que têm que fazer relativamente ao acompanhamento dos horários extracurriculares e esse era o parecer que elegeram e têm que continuar a trabalhar com eles. Como passa de um ano para o outro, tem que ser um plurianual. Já aprovaram na Câmara e têm de levar ali à Assembleia, sendo um aditamento motivado pelo facto de terem mais crianças a precisar de serem acompanhadas. Fizeram uma estimativa inicial, depois há as inscrições, inscrevem-se mais ou menos e no caso da Espamol têm verificado um aumento considerável do número das crianças inscritas e, portanto, têm que fazer esse aditamento.-----

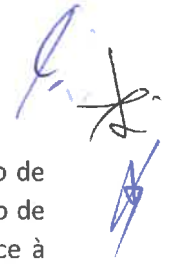
-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e prosseguiu com a votação do Ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º 3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada




por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «O senhor Presidente saudou pormenorizadamente os presentes, lembrou a necessidade por parte de todos de cumprir as regras e atuações necessárias, de forma a garantir o normal funcionamento dos trabalhos, bem como a sua transmissão ou gravação em vídeo e som. Reforçou a necessidade de se cumprirem as autorizações e consentimentos de quem intervém antes de cada alocação. Período de Intervenção dos Cidadãos - foi reforçado que com a criação do novo site e apresentação pública do passado dia 16 de janeiro, os cidadãos passam a ter três formas de inscrição, para intervir nas sessões da Assembleia Municipal: o site, telefone e e-mail. Após esclarecimento dos tempos previstos para cada alocação, foram inscritas 5 intervenções, Bruno Silva, Rui Duarte, Nelson Gonçalves, Anabela Blofeld e Ângela Rosa, tendo Maria Rafael não comparecido. O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para respostas e esclarecimentos. No Período Antes da Ordem do Dia, a leitura do expediente foi dispensada, uma vez que foi enviada entre a Sessão Ordinária de 15 de fevereiro e o dia de hoje, todo o expediente por e-mail. Pedido de renúncia de mandato - o senhor Presidente da Assembleia comunicou que a senhora Deputada Municipal Carlota Andrade, eleita pela CDU, apresentou a renúncia do seu mandato, pelo que foi verificado os poderes do senhor Presidente da Assembleia procedeu à verificação de identidade, legitimidade do João André Cabrita, substituto do renunciante, que assume de imediato as suas funções como Deputado Municipal efetivo. Substituição de Deputados Municipais e Vereadores - deu entrada na Mesa um pedido de substituição por parte do PSD, verificando-se ainda a substituição solicitada pelo senhor Vereador Francisco Martins nesta sessão, tendo sido substituído pela Vereadora Rita Ruivinho do Movimento Lagoa Primeiro. Aprovação de atas anteriores - Ata n.º 15/22, da Sessão Extraordinária, de 21/12/2022 - o senhor Presidente da Assembleia abriu o período de análise, debate e reparos e o senhor Deputado Municipal Jorge Ramos, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, referiu que na descrição das presenças existem três nomes repetidos e, face à ausência de intervenções, e tendo por base que o suscitado será retificado, foi aberto o período de votação, sendo a ata aprovada por maioria. Intervenções dos Grupos Municipais, para votos, moções e recomendações - o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma intervenção de agradecimento à Comissão Eventual para as Comemorações do 25 de Abril, concedendo de seguida a palavra ao Deputado Municipal Pedro Lobato, na qualidade de coordenador da referida comissão, que efetuou um balanço das mesmas e agradecimentos. O senhor Presidente da Assembleia, informou que, dentro dos prazos previstos, deram entrada na mesa uma moção “Expansão da rede de desfibriladores automáticos externos”, apresentada pela Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal do Chega. Aberto o período de análise e debate, verificaram-se nove intervenções, quatro do Grupo Municipal do PS, três por parte do senhor Deputado Municipal Vítor Sobral e uma do Deputada Municipal, Luís Ribeiro, duas por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita e uma parte do Grupo Municipal da CDU, do Deputado Municipal João Cabrita, uma por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e uma por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão. Na ausência de mais intervenções, a moção foi posta à votação e foi reprovada por 14 votos contra do Grupo Municipal do PS, 10 a favor, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, um do Chega, um do Bloco de Esquerda, um da CDU e um




por parte do Deputado Municipal Paulo Bento do Grupo Municipal do PS. Uma declaração de voto foi apresentada por parte do Grupo Municipal do PS. O voto de Saudação ao Primeiro de Maio foi apresentado pelo Deputado Municipal Jorge Ramos, do Bloco de Esquerda. Face à ausência de intervenções o referido voto de saudação foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente da Assembleia abriu, de seguida, o período de discussão e assuntos gerais e verificaram-se sete intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Luís Alberto, duas por parte do PSD, do Deputado Municipal José Inácio Eduardo e duas por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, uma do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e Deputado Municipal José Alves Pinto, uma por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão e uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos. Face à ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu, por duas vezes, a palavra ao senhor Presidente da Câmara para resposta e esclarecimentos às questões suscitadas. Ponto 3 do Período da Ordem do Dia - Apreciação de informação escrita. Aberto o período de análise e debate, verificaram cinco intervenções, duas por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, duas por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal José Inácio Eduardo. Face à ausência de mais intervenções, o Presidente solicitou ao senhor Presidente da Câmara que respondesse e esclarecesse as questões suscitadas. Segundo Ponto - Apreciação de inventário dos bens do município em 31/12/2022. Aberto o período de análise e debate e face à ausência de intervenções, passou-se ao Ponto 3 - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara, dos documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2022. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta e abriu o período de intervenção, análise e debate. Verificaram-se quatro intervenções, duas do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal José Inácio Eduardo e do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, uma por parte do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e uma por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Carlos Ramos. Face à ausência de intervenções, o senhor Presidente da Câmara respondeu e esclareceu as questões suscitadas e o ponto foi colocado à votação e o Terceiro Ponto foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor do PS, 4 votos contra, 3 do PSD, um do Chega, e 6 votos em abstenção, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, um do Bloco de Esquerda, um da CDU e um do PS. O Grupo Municipal do PSD referiu que dava como sua a declaração de voto apresentada pelo Vereador do PSD, em sede da Câmara Municipal, bem como o Grupo Municipal do PS apresentou uma declaração de voto. O senhor Presidente da Assembleia, ao abrigo do Regimento, pôs à análise e aprovação o prolongamento da Assembleia por mais uma hora, que foi aprovado por unanimidade. Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação sob proposta da Câmara, aplicação de resultados relativo ao ano de 2022. Aberto o período de análise e debate e face à ausência de intervenções, o Quarto Ponto foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD e um do Bloco de Esquerda, e 2 votos em abstenção, um do Chega e um da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quinto Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, habilitações literárias para atribuição de competências e vencimento, bem como a designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermédia de 4.º grau, nível orgânica litoral da orla costeira. Aberto o período de análise e debate, e face à ausência de intervenções, o Quinto Ponto foi posto a votação e foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD e um do Bloco de Esquerda, e um voto do Grupo Municipal da CDU e um voto em abstenção do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Sexto Ponto - Apresentação da deliberação



sobre compromisso plurianual do concurso público para a empreitada de requalificação das antigas instalações desportivas dos amigos de Lagoa. Aberto o período de análise e debate, e face à ausência de intervenções, o Sexto Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. Sétimo Ponto - Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara da autorização para compromisso plurianual do concurso público para a aquisição de bens, fornecimento de materiais diversos de mão de obra operacional. Face à ausência de intervenções, o Sétimo Ponto foi posto à votação e foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 15 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD e um do Bloco de Esquerda, e 2 votos em abstenção, um do Chega e um da CDU. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e deliberação da autorização prévia do compromisso plurianual para o concurso público para aquisição de serviços, posição de solução de gestão da aquisição de equipamentos, implementação da descentralização de competência, educação. Nenhuma intervenção se verificou, foi aberto período de votação e o Oitavo Ponto foi aprovado por unanimidade. Nono Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação e deliberação da autorização prévia do concurso plurianual, concurso público da empreitada, construção de 7 fogos destinados a habitação na rua Sebastião Trindade, mais 36 fogos de habitação no bairro municipal de Porches. Verificaram-se cinco intervenções, uma do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, uma do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma da CDU, do Deputado Municipal João Cabrita e uma do PS, Deputado Municipal Luís Bentes. O senhor Presidente da Câmara respondeu às questões suscitadas e verificaram-se mais duas intervenções, do Deputado Municipal Vítor Sobral e novamente do Deputado Municipal Luís Bentes. O ponto foi colocado à votação e foi aprovado por maioria, com 21 votos, 15 do PS, 3 do PSD, um do Bloco de Esquerda, um da CDU, um do Chega, e 3 votos em abstenção do Movimento Lagoa Primeiro. O Grupo Municipal do PSD deu como sua reproduzida a declaração de voto apresentada pelo seu Vereador, em sede de Câmara Municipal. O Décimo Ponto foi posto à análise e debate e verificou-se uma intervenção do Deputado Municipal do PSD, José Inácio Eduardo. Face à ausência de mais intervenções, o Décimo Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. Décimo Primeiro Ponto, o senhor Presidente retificou que, no articulado do ponto, em vez de se ler no “valor de” deve-se ler “no ano de”. Houve uma intervenção por parte do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. O senhor Presidente da Câmara esclareceu as questões suscitadas. O Ponto Décimo Primeiro foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se, para além do reparo que foi feito pelo senhor Deputado Joaquim Cabrita, relativo ao valor global indicado no final do ponto, havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade a ata em minuta. Uma vez chegada ao termo da sessão, que foi longa, mas dentro do tempo que tinham previsto, e proclamado o resultado, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal




(José Manuel Correia Águas da Cruz)

O 1º Secretário



(Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato)

A 2ª Secretária



(Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes)

